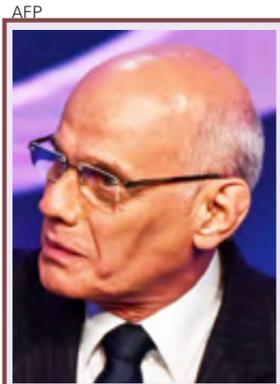


Fraude com o Fundo Eleitoral Laranja de Bolsonaro recebeu 400 mil para campanha que não fez



Boechat morre após queda de helicóptero em estrada de SP

O jornalista Ricardo Boechat faleceu num acidente de helicóptero em São Paulo, no início da tarde desta segunda-feira (11). Boechat tinha ido a um evento de um laboratório farmacêutico, em Campinas (SP), e retornava à capital, quando a aeronave caiu na rodovia Anhangueira. O piloto do helicóptero Ronaldo Quattrucci também morreu na hora. De acordo com o Corpo de Bombeiros, a aeronave caiu em cima de um caminhão que trafegava pela rodovia, no sentido interior. Não há, ainda, informação sobre o estado de saúde do motorista. O jornalista trabalhava atualmente no Grupo Bandeirantes de Comunicação, apresentando dois programas diários, A Notícia com Ricardo Boechat, um matinal na rádio BandNews FM, e o Jornal da Band à noite, na TV Bandeirantes. Ele tinha também uma coluna na revista Istoé. **Página 4**



A candidata teve a 3ª maior fatia de verba da legenda e só 274 votos

PSL – partido de Jair Bolsonaro, – repassou R\$ 400 mil a candidata Maria de Lourdes Paixão, de Pernambuco, que obteve 274 votos na disputa por uma cadeira na Câmara dos Deputados nas eleições de 2018. Não houve campanha, a terceira maior fatia nacional de verba da legenda (do fundo partidário) foi repassada quatro dias antes das eleições. A prestação de contas é uma piada, conta que foram rodados 9 milhões de santinhos (1 para cada habitante do Estado), quando restavam dois dias legais de campanha, para serem distribuídos por 4 panfleteiros. **Página 3**

Vale: Contaminação já atinge água a 300 km de Brumadinho

A expedição que analisa as condições do Rio Paraopeba, após o rompimento da barragem da Vale que derramou milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério no leito do rio, já detectou a presença de contaminantes a mais de 300 quilômetros de distância de Brumadinho. De acordo com a Fundação SOS Mata Atlântica,

que coordena o levantamento, já foram analisados 11 pontos de coleta e a maioria deles possui água com condição péssima. Na tarde desta segunda-feira (11), a Defesa Civil atualizou os números de vítimas do crime da Vale. Dos 165 corpos resgatados pelas buscas, 160 já foram identificados, 155 continuam desaparecidos. **Pág. 6**



Isac Nóbrega - ABr

Governo ignora produtores de leite e derruba a tarifa de importação, favorecendo dumping estrangeiro

O Ministério da Economia decidiu acabar com as tarifas antidumping que protegiam os produtores brasileiros de leite contra a importação predatória do produto. A lei, aprovada em 2001 com o aval da Organização Mundial do Comércio

(OMC), impunha tarifas de 3,9% sobre a importação de leite em pó vindo da Nova Zelândia e de 14,8% para a União Europeia, diante do forte subsídios dessas regiões. A decisão gerou protesto de agricultores e trabalhadores rurais. **Pág. 2**

Tragédia abalou o Flamengo

Os enterros das vítimas do incêndio no alojamento das categorias de base do Flamengo estão sendo marcados por grande comoção. Na segunda-feira (11), o corpo do goleiro Christian Esmério, de 15 anos, foi sepultado no Cemitério do Irajá. No mesmo dia, Samuel Thomas de Souza Rosa, também com 15 anos foi sepultado no Cemitério de Vila Rosali, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Centenas de pessoas acompanharam o velório e homenagearam o jovem. A mãe de Samuel foi trazida de ambulância até o cemitério, onde chegou praticamente desmaiada. **Página 4**



Em depoimento, Palocci conta que Lula pediu para ele assumir o pagamento das obras do sítio

Em depoimento à Polícia Federal, o ex-ministro Antônio Palocci afirmou que foi procurado pelo ex-presidente Lula para assumir o pagamento das reformas do sítio em Atibaia (SP). Em trecho das declarações ele conta que negou: "... o colaborador [Palocci] negou por dois motivos: primeiro, achava que a polícia viria a descobrir; segundo, pelo fato de que não existiram grandes saques em espécie pela Projeto,



não tendo como o colaborador justificar os pagamentos das reformas". **Página 3**

"Nada é inegociável, tudo depende do preço", diz o presidente da Petrobrás

A entrevista ao Valor Econômico do cidadão que o Bolsonaro colocou na presidência da Petrobrás, Roberto Castello Branco, é esclarecedora. Para ele, "não existe nada inegociável, tudo depende do preço".

Para privatizar, vale tudo, desde a BR, refinarias, campos de petróleo e Brasken. Soberania, interesse nacional, moral e bons costumes passaram longe. "Não tenho paixão por nenhum ativo", disse. **Pág. 2**

Governo quer aposentadoria de R\$ 500 aos idosos mais pobres



Proposta visa mudar regras do Benefício da Prestação Continuada



Ministério de Guedes suspende tarifas de importação de leite e agricultores reagem

O Ministério da Economia decidiu acabar com as tarifas antidumping que protegiam os produtores locais de leite contra a importação predatória do produto. A lei, aprovada em 2001 com o aval da Organização Mundial do Comércio (OMC), impunha tarifas de 3,9% sobre a importação de leite em pó vindo da Nova Zelândia e de 14,8% para a União Europeia.

Nos dois países, o setor leiteiro conta com uma montanha de subsídios, inclusive para a exportação, o que favorece a prática de dumping – que consiste na comercialização de mercadorias por preços extraordinariamente mais baixos do que do produtor local, eliminando a concorrência e os fabricantes.

Antes da medida, o Brasil não tinha autossuficiência na produção de leite, uma vez que o produto chegava da Europa muito mais barato do que o produto nacional. Após a adoção

das tarifas antidumping, o Brasil adquiriu autossuficiência, o preço do produto no país diminuiu e toda uma cadeia foi formada – inclusive de agricultores familiares.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) afirmou em nota que a agricultura familiar brasileira produtora de leite será mais e duramente impactada com a decisão do governo.

“Essa entrada de leite da União Europeia, altamente subsidiado, no mercado brasileiro vai impactar duramente o preço do leite nacional, que já sofre com preços baixos”, alerta o secretário de Política Agrícola da entidade, Antoninho Rovaris.

“Teremos consequências imediatas junto aos nossos produtores, como prejuízos na produção, desemprego, perda de renda, dívidas, entre outros. É bom lembrar que

tudo o setor produtivo, inclusive o que é ligado ao setor patronal, é contra essa abertura de mercado para o leite europeu. Então, questionamos qual é o motivo dessa medida? Por que o governo não levou em consideração a opinião do setor? O governo mensurou as consequências?”, questionou.

“Toda a cadeia de produção pode entrar em colapso”, disse o presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), deputado Alceu Moreira (MDB-RS). O setor que representa o agronegócio se reuniu com uma equipe do governo para discutir a questão na última quinta-feira (07).

“Não vamos concorrer com os produtores europeus, vamos concorrer com o Tesouro europeu”, disse o presidente da Comissão Nacional da Pecuária do Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Pedro Alvim.

‘Nada é inegociável, tudo depende do preço’, diz novo presidente da Petrobrás

“Não tenho paixão por nenhum ativo. Aliás, tenho paixão por ativos de classe mundial”

A entrevista ao Valor Econômico do cidadão que o Bolsonaro colocou na presidência da Petrobrás, um tal de Roberto Castello Branco, é esclarecedora. Para ele, “não existe nada inegociável, tudo depende do preço”.

Para privatizar vale tudo, desde a BR, refinarias, campos de petróleo e Braskem.

Segundo ele, há uma previsão de “desinvestimento” – venda de ativos – de US\$ 26,9 bilhões até 2023.

Questionado sobre a venda de refinarias, declarou: “Não existe nada inegociável, tudo depende do preço. Não tenho paixão por nenhum ativo. Aliás, tenho paixão por ativos de classe mundial. Esses [ativos] devem ser a nossa paixão. O pré-sal, por exemplo, é



uma paixão”. Ele ressaltou a saída – estratégica para quem? – do setor petroquímico: “Estrategicamente está definida [a saída da petroquímica], é uma questão de preço. Se recebermos uma boa proposta, por que não?”. As múltiplas agradecem.

Castello Branco também enfatizou na entrega da BR Distribuidora, uma das maiores empe-

sas lucrativas do Grupo Petrobrás. “É um negócio comercial, em grande parte varejo, uma grande rede de lojas. Estamos analisando a venda do controle ou de uma participação adicional”.

“Estamos estudando as várias opções. Acreditamos que no primeiro semestre podemos ter uma definição, tanto em relação às refinarias quanto à BR”, acrescentou.

Todos os anos, 30% das contribuições destinadas à Previdência são retiradas do orçamento por meio de desvinculação

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni que a proposta da reforma da Previdência será “muito diferente” da apresentada pela equipe econômica.

Segundo Lorenzoni, o texto vazado para a imprensa é uma das versões elaboradas pelo governo. “É um ensaio e não o jogo final”, disse.

O texto que foi divulgado prevê o estabelecimento de uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem. O que, ao fim e ao cabo, prejudicaria os que começam a trabalhar mais cedo, os mais necessitados.

Contudo, para receber aposentadoria integral, o trabalhador teria de contribuir durante 40 anos. Ou seja, se aposentaria já à beira da morte.

O tempo mínimo de contribuição passaria a ser de 20 anos. Atualmente, é de 15 anos. Com a aposentadoria com o tempo mínimo de contribuição, o trabalhador teria direito a 60% de seus vencimentos.

BENEFÍCIOS ABAIXO DO MÍNIMO

Entre as propostas divulgadas estaria também uma mudança nas regras para os atendidos pelo Benefício da Prestação Continuada (BPC), que são os idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Atualmente, esse benefício está vinculado ao salário mínimo e a proposta é desvinculá-lo pagando um valor ainda menor.

Segundo a proposta, pessoas “em condição de miserabilidade” e que não tenham conseguido contribuir à Previdência pelo tempo mínimo exigido para a aposentadoria receberiam apenas R\$ 500,00 a partir dos 55 anos. O valor passaria para R\$ 750,00 a partir dos 65 anos.

CAPITALIZAÇÃO

A proposta cria ainda um sistema de capitalização para as aposentadorias, segundo o qual cada trabalhador contribui para a sua aposentadoria em uma conta individual.

Esse modelo de capitalização da Previdência já deu com os burros na água no Chile. “Essa proposta, que significa uma poupança privada, acaba com a Previdência pública, e vimos no Chile como foi. No Brasil não será diferente”, afirmou ao HP o senador Paulo Paim (PT-RS).

O texto do governo determina que o sistema de capitalização tenha caráter obrigatório, necessitando, porém, regulamentação através de um projeto de lei.

DESIGUALDADE

Para a economista Denise Gentil, professora da UFRJ, essa proposta não vai resolver o problema do déficit público alegado pelo governo: “Pelo contrário, o sistema de capitalização vai reduzir as receitas e provocar um déficit

no regime geral [RGPS], de repartição, que vai continuar existindo porque já têm aposentados que pertencem a esse regime”.

De acordo com a economista, após a aprovação da reforma trabalhista, se a reforma previdenciária for aprovada, a desigualdade no país aumentará.

“O custo social dessa mudança é o seguinte: só os trabalhadores que conseguem poupar uma parte do seu salário poderão fazer uma reserva para sua fase de inatividade”, disse.

“Com os baixos salários que temos hoje no Brasil, pouquíssimos brasileiros poderão ter uma aposentadoria no futuro. E o Estado resolveu abandonar essa parcela da população porque, simplesmente, o regime de repartição acabou”, acrescentou.

ROMBO FABRICADO

Para aprovar sua reforma em prol do sistema financeiro e prejudicial aos trabalhadores, o governo Bolsonaro insiste na cantilena do “rombo” da Previdência, agora de R\$ 290,297 bilhões, que supostamente teria ocorrido no ano passado.

Número fabricado, colocando tudo na mesma conta os resultados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atende aos trabalhadores do setor privado, do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende os servidores públicos civis da União, e o sistema dos militares.

O RGPS tem Orçamento próprio, com fontes de financiamentos determinadas pela Constituição: contribuição de trabalhadores e empregadores, a Cofins, a CSLL, o PIS/PASEP e receitas de prognósticos (loteria).

Já o RPPS e o sistema dos militares são mantidos com recursos do Tesouro Nacional.

Além disso, o governo omite receitas – como o desvio de 30% da Seguridade através da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e não consideração do rendimento financeiro da Previdência – e acrescenta despesas que nada têm a ver com o RGPS.

Somente em 2017, as omissões diminuíram em R\$ 159 bilhões as receitas da Previdência. Some-se a isso a desonerações que garfaram R\$ 141,177 bilhões naquele ano, de acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

E mesmo assim o governo anunciou que este ano as renúncias com isenções previdenciárias deverão tirar dos cofres do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) R\$ 54,56 bilhões.

São isentos ou têm cobrança reduzida para o INSS os exportadores agrícolas – “agro é pop” –, entidades filantrópicas e micro e pequenas empresas. Ano passado, foi deixado de arrecadar com isenções a esses setores R\$ 46,3 bilhões.

VALDO ALBUQUERQUE

Capitalização seria o fim da Previdência, diz Paulo Paim

Em declaração ao HP na terça-feira, 05, o senador Paulo Paim criticou a proposta de capitalização da Previdência, que vem sendo apresentada pelo governo Bolsonaro.

Nesta semana, foi divulgada o que poderia ser a proposta do governo para a Previdência, mas, segundo Paim, “não há nada concreto. Nenhuma proposta foi ainda apresentada”.

Para o senador, no entanto, qualquer proposta que venha no sentido de capitalização significaria “o fim da Previdência”.

“Essa proposta que significa uma poupança privada, acaba com a Previdência pública, e vimos no Chile como foi. No Brasil não será diferente”, disse em relação ao modelo aplicado neste país em que durante 37 anos de privatização da Previdência apenas metade dos trabalhadores conseguiu se

aposentar, e ainda aproximadamente 91% dos aposentados recebem benefícios de cerca de meio salário mínimo do país.

“O que eles querem é uma renda mínima ainda menor que o salário mínimo, uma aposentadoria generalizada e estabelecer essa capitalização e isso é o fim da Previdência”, ressaltou.

Segundo o senador, que é coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, novas reuniões serão realizadas essa semana para debater o tema no sentido de apresentar ao governo as propostas dos parlamentares. “Já debatemos muito durante a CPI da Previdência, apresentamos propostas de combate à sonegação, à anistia, demonstrando que ela é superavitária. Vamos reafirmar essas questões”, disse.



Foi o maior lucro já obtido pelo banco Com juros exorbitantes, Itaú lucra R\$ 25 bilhões em 2018

O banco Itaú divulgou na segunda-feira, 4, seu lucro obtido no ano de 2018, que somou um total de R\$ 24,977 bilhões.

O lucro astronômico do banco foi sustentado pelos juros mais altos praticados entre os bancos. No ano passado o do Itaú sobre o cheque especial chegou à taxa de 285,44% ao ano e juro do cartão de crédito chegou a uma média de 275,7% ao ano.

Segundo o próprio banco, o crescimento dos lucros foi puxado justamente pelo crédito à pessoa física, especialmente na linha de cartão de crédito, o que garantiu essa quantia exorbitante distribuída em dividendos para meia dúzia de acionistas.

Foi o maior lucro já registrado pela instituição, e justamente num período de crise aguda em que todas as áreas da economia registraram queda ou estão em paralisia.

A produção industrial, por exemplo, caiu -3,6% no último trimestre de 2018 comparado com 2017. No ano o crescimento foi de 1,1%, abaixo do ano anterior que registrou 2,5% de crescimento.

O lucro obtido resultou num retorno sobre o patrimônio líquido, ou seja, quantos por cento o banco remunerou o capital dos seus acionistas em apenas um ano (2018), foi de 21,9%, repetindo a também estupenda rentabilidade de 2017 que foi de 21,8%.

A inadimplência no ano em 31 de dezembro ficou em 2,9% para recebimentos em atraso há mais de 90 dias. Em 2017 foi de 3,1%.

O faturamento anual do banco foi de R\$ 41,436 bilhões, sendo que R\$ 10,782 bilhões foram receitas da prestação de serviço e seguros.

Diante desse cenário, o Itaú adotou uma política de distribuição de dividendos aos acionistas de todo o lucro que exceder o capital mínimo estipulado pelo banco para operar.

Em 2018, por conta disso, 87,2% do resultado foi pago em dividendos para as famílias Vilela, Setubal e Moreira Salles que controlam o banco e acionistas minoritários, o equivalente a R\$ 22,4 bilhões.

Os lucros do Itaú junto com os do Bradesco, no montante R\$ 19,085 bilhões, e do espanhol Santander, com R\$ 12,166 bilhões, realizados também em 2018 e divulgados na semana passada, foram para banqueiro nenhum botar defeito atingindo a espantosa cifra de R\$ 56,228 bilhões.

DIVIDENDOS A ACIONISTAS

Após mais um ano de lucro recorde, os três maiores bancos privados do país – Itaú Unibanco, Bradesco e Santander – distribuíram R\$ 36,8 bilhões aos seus acionistas no ano passado.

Na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio (JCP) e recompensa de ações, o valor equivale a 61,7% de todo o lucro ajustado pelas três instituições juntas, que em 2018 chegou à astronômica cifra de R\$ 59,695 bilhões.

O Itaú repassou aos seus acionistas o maior valor entre os bancos – que também é o maior da história – alcançando R\$ 22,9 bilhões. Isso é o equivalente a 89,2% do lucro líquido do ano passado.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Palocci foi homem de confiança de Lula

Palocci contou que Lula lhe pediu para assumir pagamento das obras do sítio

Em depoimento à Polícia Federal, o ex-ministro Antônio Palocci afirmou que foi procurado pelo ex-presidente Lula para assumir o pagamento das reformas do sítio em Atibaia (SP). Segundo Palocci, Lula o chamou ao instituto e lhe indagou se poderia assumir o pagamento das reformas feitas no sítio de Atibaia/SP.

As declarações foram feitas em 17 de abril de 2018 no Termo de Colaboração 10 de Antônio Palocci.

Segue o relato do ex-ministro à PF: “... em 2016, LULA chamou o COLABORADOR [Palocci] ao INSTITUTO LULA e lhe indagou se poderia assumir o pagamento das reformas feitas no sítio de Atibaia/SP;

“... o COLABORADOR negou por dois motivos: primeiro, achava que a polícia viria a descobrir; segundo, pelo fato de que não existiram grandes saques em espécie pela PROJETO, não tendo como o COLABORADOR justificar os pagamentos das reformas;

“... o COLABORADOR, então, negou, tendo LULA orientado que procurasse na sequência PAULO OKAMOTO;

“... PAULO OKAMOTO insistiu, no mesmo dia, ainda no INSTITUTO LULA;

“... o COLABORADOR continuou a negar a assumir o pagamento das reformas;

“... PAULO OKAMOTO chegou a procurar representantes da OAS e ODEBRECHT e tais empresários entenderam que era melhor não assumir publicamente a responsabilidade pelas reformas, pois os valores empregados eram de caixa 2;

Palocci também disse no depoimento que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabia antecipadamente da 24ª fase da Operação Lava Jato, na qual foi conduzido coercitivamente (quando a pessoa é levada à força para depor), em março de 2016.

Segue o relato de Palocci:

“... a respeito de investigação conduzida na 14ª Vara Federal de Curitiba/PR, indagado se teve conhecimento de articulações para remoção de delegados da OPERAÇÃO LAVA JATO, após matéria veiculada no “Estadão” em novembro de 2014, respondeu que, na oportunidade, gerou-se uma crise no Governo, uma vez que LULA estava esperançoso que a publicação da matéria era a oportunidade perfeita para retirar os Delegados que estavam à frente da operação;

“... o COLABORADOR estava com LULA no INSTITUTO LULA na oportunidade e presenciou o ex-presidente cobrando isso da então Presidente DILMA ROUSSEFF;

“... LULA estava irritado com JOSÉ EDUARDO CARDOZO, pois dava a impressão de que não estava ajudando a remover os delegados;

“... LULA se irritou ainda mais com a manifestação de LEANDRO DAIELLO, então Diretor-Geral da POLÍCIA FEDERAL, após a publicação da matéria, que estaria defendendo os delegados citados;

“... LULA brigou com DILMA sobre manifestação de DAIELLO, pois, em sua visão, era o momento ideal para a transferência dos delegados;

“... LULA atribuiu a passividade mais a CARDOZO do que a DILMA;

“... pode citar que conversava com MARCELO ODEBRECHT sobre a OPERAÇÃO LAVA JATO e alternativas para bloquear o sucesso da operação;

“... em uma oportunidade conversaram sobre iniciativas para impedir que dados da Suíça sobre a ODEBRECHT chegassem formalmente ao Brasil;

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

PSL de Bolsonaro teve mais uma candidatura laranja



Jair Bolsonaro e o presidente do seu partido, deputado Luciano Bivar

Fachin proíbe deputada bolsonarista de incitar perseguição a professores

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a decisão da desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que permitia à deputada estadual Ana Carolina Campagnolo (PSL-SC) incitar alunos a deduzirem professores.

A deputada estadual Ana Campagnolo se elegeu fazendo uma campanha eleitoral insuflando a violência e jogando alunos contra professores. Defendia o projeto “Escola Sem Partido”, se colando à imagem de Jair Bolsonaro. Ela aparece em fotos segurando e apontando armas.

Campagnolo divulgou em suas redes sociais um canal de comunicação para que os alunos enviassem vídeos de seus professores com supostas manifestações “político-partidárias ou ideológicas”. “Denuncie!”, dizia

o cartaz. Isso porque ela não queria que houvesse hipotéticas reclamações dentro das salas de aula dos resultados da eleição de outubro. Naturalmente, se houvesse manifestações a favor do seu partido e do seu candidato a presidente, ela não estava contra.

Em novembro, o juiz Gioliano Ziembowicz, atendendo pedido do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), determinou que a deputada bolsonarista retirasse imediatamente das redes sociais as manifestações para que alunos denunciassem o comportamento, na opinião obscurantista dela, de “professores doutrinadores”, em sala de aula. Para o MP, a deputada violou princípios constitucionais, como o da liberdade de expressão da atividade intelectual, científica e de comunicação. A sentença previa multa diária de R\$ 1 mil, caso o conteúdo não fosse retirado das redes.

Mas em 24 de janeiro último, a desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, autorizou as postagens inquisidoras. Em sua decisão, Fachin afirmou que a deputada bolsonarista “incita, assim, a que os alunos se comportem como se agentes do Estado fossem, dando a entender que essa atuação é legítima, quando nem ao próprio Estado é conferido o poder de controlar tais manifestações”.

“Ao conclamar os alunos a exercerem verdadeiro controle sobre manifestações de opinião de professores, a deputada transmite a ideia de que isso é lícito. Estimula-os, em consequência, a se sentirem legitimados a controlarem e a denunciarem manifestações político partidárias ou ideológicas contrárias às suas”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Maia rejeita sala do governo dentro da Câmara

O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), eleito no último dia 1º para presidir a Câmara dos Deputados, negou pedido feito pela equipe do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para que ele liberasse uma sala nas dependências da Casa para que eles pudessem despachar diretamente com os deputados. Maia disse, em entrevista neste domingo ao Estadão, que isso “não faz sentido”.

“O Executivo fica no Executivo e o Legislativo fica no Legislativo. Já disse a ele [Onyx] que não vou dar. Eu vou ligar agora para o Onyx e falar: ‘Põe uma sala aí para o Parlamento que a gente quer ir comandar daí de dentro, discutindo com vocês suas decisões’. É uma coisa boba, não faz

sentido isso”, explicou o parlamentar.

Sobre o fato dele ter colocado em dúvida, em entrevista após sua eleição, a capacidade do governo de reunir 308 votos para aprovar emenda constitucional da reforma da Previdência, Maia disse que não sabe se o governo vai conseguir esses votos.

“Sempre me perguntavam se eu achava que ia ter voto ou não. Falei que eu não sei porque é uma forma nova de governar. Não quer dizer que não vai dar certo. Agora, tem de organizar. Até porque o presidente foi eleito, mas o Parlamento também foi eleito”, observou.

Ele falou também da tentativa do Planalto de interferir na eleição da Câmara. “É. De alguma

forma, o Onyx tentou influenciar. Criar uma candidatura que tivesse um alinhamento maior com a questão dos costumes, com ele. Não conseguiu. Mas nunca vi digital do presidente nesse processo. Só dos filhos dele (Bolsonaro) e publicamente”, afirmou Rodrigo Maia.

Ele disse também que ouviu muita reclamação dos líderes sobre a forma como eles foram convidados para uma reunião (pelo WhatsApp). “Porque a política não é uma relação de comando. Quando você convida líderes para uma reunião, você está convidando iguais. Eu só vi o convite, me pareceu minimamente polêmico”, prosseguiu.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Flávio Dino condena espionagem do governo contra a Igreja Católica

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), criticou a postura do governo Bolsonaro, que, através da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), espiona os membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

“Se de fato o governo federal estiver espionando e tratando a CNBB como ‘inimiga interna’, estamos diante de um dos maiores escândalos deste começo de ano. Inaceitável a volta da ‘doutrina

da segurança nacional’ da ditadura”, disse o governador no domingo (10) em sua conta no Twitter.

A Abin, chefiada pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, quer conter um suposto avanço da Igreja Católica na liderança da oposição a Jair Bolsonaro. Os informes da Agência se referem a recentes encontros de cardeais brasileiros com o papa Francisco, no Vaticano, para discutir a realização do Sino-

do sobre Amazônia, que reunirá em Roma, em outubro, bispos de todos os continentes.

“Estamos preocupados e queremos neutralizar isso aí”, admitiu o general Heleno sobre o evento, que durante 23 dias vai discutir a situação de povos indígenas, mudanças climáticas provocadas por desmatamento e quilombolas. Segundo o ministro, “isso é interferência em assunto interno do Brasil”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Tasso: ‘declarações de Araújo me cheiram a delírio’

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou a atuação do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, afirmando que com ele o país está com “a imagem externa arranhada”.

“Algumas declarações do ministro (Ernesto Araújo) não só me preocupam, me cheiram a delírio, altamente fora do mundo terrestre. Eviden-

te que estamos (o PSDB) completamente afastados da linha que ele diz, do que ele pensa”, disse.

“O problema não é só a imagem externa arranhada. O país está sendo levado ao ridículo”.

O senador estendeu sua crítica a Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. “Vejo com o mesmo rigor e espanto as

declarações da ministra. Algumas, eu não quero nem comentar”.

Sobre a eleição da mesa do Senado, Tasso frisou que “foi o ápice do desgaste”, mas avalia que “o ponto mais alto da crise do Senado foi necessária para a ruptura com o passado”.

Leia no site www.horadopovo.org.br o texto completo

Maria de Lourdes Paixão recebeu R\$ 400 mil do fundo eleitoral e teve só 274 votos

O PSL – partido de Jair Bolsonaro, – repassou R\$ 400 mil a uma candidata de Pernambuco que obteve apenas 274 votos na disputa por uma cadeira na Câmara dos Deputados nas eleições de 2018.

A candidata, Maria de Lourdes Paixão, recebeu poucos votos apesar de ter recebido a terceira maior fatia nacional da verba da legenda, que é dinheiro público. A frente dela só Luciano Bivar, atual presidente nacional do partido, que recebeu R\$ 1,8 milhão, e em segundo o Delegado Waldir que se reelegeu recebendo R\$ 420 mil.

A prestação de contas da candidata sustenta que 95% dos R\$ 400 mil foram usados para a impressão de 9 milhões de santinhos e 1,7 milhão de adesivos, às vésperas do pleito, em 7 de outubro.

Todos esses materiais seriam distribuídos por apenas quatro panfleteiros que ela diz ter contratado. Sendo assim, cada um dos quatro panfleteiros teria que distribuir, só de santinhos, 750 mil unidades por dia – mais especificamente, sete panfletos por segundo, no caso de trabalharem 24 horas ininterruptas. Depois em entrevista ela caiu em contradição ao dizer que teve militância para distribuir o material em tão pouco tempo.

A verba do fundo partidário da sigla foi enviada em 3 de outubro pela direção nacional do PSL para a conta de Maria de Lourdes, que é secretária administrativa do partido em Pernambuco.

“Não me lembro de tudo”

Entrevistada pelo jornal “Folha de S. Paulo”, Maria de Lourdes Paixão disse que não se lembrava de tudo e afirmou desconhecer as razões de ter sido agraciada com a terceira maior verba do partido e que não lembrava do volume nem do quanto gastou na impressão de material na gráfica.

Leia trechos:

Mas eu vi que os pagamentos, pelos extratos bancários, pelo menos parte, foi feito até para depois da eleição, principalmente para uma gráfica, Itapissu, de Juliane Mirella de Carvalho, é isso mesmo?

Hummm, não sei, eu não lembro de tudo, realmente, decorado. Entreguei tudo ao contador, eu só fazia os pagamentos porque quando fiz a abertura da conta [de campanha] só deixei mesmo eu responsável, aí ele [contador] me disse: ‘Recebeu as notas fiscais?’ Eu mandava para ele, conferia, tudo ok, pode pagar, aí eu fazia o pagamento.

Contador do partido?

Não, o contador contratado para a campanha.

Você se lembra o nome dele?

Não, não me lembro do nome dele.

E a senhora se lembra desse material? Praticamente você não conseguiu usar na campanha, porque o pagamento chegou em cima do primeiro turno...

Usei, usei um bocadinho, porque tive militância e eles entregaram uma semana antes, entendeu, foi feito. Isso é público, você pode ver lá que teve militância [ela declarou gasto com quatro possíveis panfleteiros].

A reportagem também visitou o endereço da gráfica que teria feito os impressos, mas não encontrou sinais de que ela tenha funcionado durante as eleições nos locais informados.

Um funcionário de nome Paulo, da Gráfica Itapissu, que supostamente recebeu R\$ 380 mil pelos serviços contratados por Maria de Lourdes Paixão, em transferências bancária no próprio dia 3 de outubro e no dia 11 de outubro, quatro dias após ter recebido apenas 274 votos no estado, ao ser questionado sobre os serviços teve uma reação curiosa para quem recebeu tanto dinheiro ao falar para o jornal:

Paulo, a gráfica da Juliane consta na prestação de contas da candidata Maria de Lourdes

Paulo: Maria o quê? Maria de Lourdes. Vocês

imprimiram material para a campanha dela nas eleições?

Rapaz, só verificando. A gente imprime o de tanta gente assim. Pelo nome, assim, fica difícil. Agora, eu posso tentar achar o arquivo e mandar para você.

O que consta na prestação de contas dela é que ela gastou R\$ 380 mil na gráfica da Juliane

Trezentos e oitenta mil reais aqui? Eu acho que não, viu, minha filha. Eu acho que você pegou informação errada, 380 mil reais? Eu vou verificar isso direitinho. Maria de Lourdes de quê?

Maria de Lourdes Paixão. O material foi de 1,5 milhão de ‘praguinhas’ adesivos no dia 3 de outubro, 9 milhões de santinhos...

Mas, R\$ 380 mil, rapaz, eu preciso verificar isso. Me diz que mais direitinho o que tem aí na nota? Vou verificar amanhã de manhã.

Só você e Juliane que trabalham na gráfica?

Não, a gente tem um equipamento grande, a gente terceirizava com pessoas grandes.

O retorno da ligação no dia seguinte foi mais estranho ainda:

Oi Paulo, você já tem um retorno?

Eu verifiquei no sistema direitinho e foi tudo feito e tudo entregue, todos os materiais, as praguinhas, adesivos, tudo.

E onde vocês imprimiram esse material? Onde a gráfica funcionava nessa época?

Lá em Agua Fria.

Mas lá é uma oficina [de carros] desde março de 2018...

Mas a gente rodou todo o material lá, inclusive com parceiros também. As gráficas utilizam de outros parceiros para rodar também. Se eu não tenho um equipamento para um serviço, aí roda com outra pessoa.

Quais são esses parceiros?

Oh, eu vou ter que dar uma saída agora porque mandaram me chamar aqui.

Mas preciso que você me explique isso...

Está muito ruim a ligação, estou sendo atendido no médico e mandaram me chamar aqui.

O presidente nacional do PSL, Luciano Bivar, eleito deputado federal por Pernambuco, complicou-se ao negar que Maria de Lourdes foi candidata laranja. Sem explicar o porquê de tanto dinheiro investido na campanha para perder da candidata, ele creditou o fraco desempenho dela nas urnas ao fato de ser mulher e que a culpa é das cotas para mulheres. “[A política] não é muito da mulher. Eu não sou psicólogo, não. Mas eu sei isso”, disse.

As declarações causaram controvérsia dentro do próprio partido, que tem duas senadoras e dez deputadas federais. No grupo de WhatsApp que reúne os congressistas da legenda, a deputada Major Fabiana (RJ) postou mensagens questionando a posição de Bivar, que “não critica a cota, critica a capacidade intelectual, disposição ou posicionamento” das mulheres na política.

Na semana passada descobriu-se que o ministro do Turismo de Jair Bolsonaro, Marcelo Alvaro Antônio, que presidiu o PSL de Minas Gerais, pediu ao órgão nacional do partido o repasse de R\$ 279 mil do fundo eleitoral para candidatas laranjas que somaram apenas 2 mil votos, mas repassaram, ao menos R\$ 85 mil para empresas ligadas aos assessores do atual ministro.

As candidatas foram Lilian Bernardino, Milla Fernandes, Débora Gomes e Naftali Tamar, todas de Minas Gerais. O valor foi solicitado por Marcelo Alvaro Antônio ao partido nacional e se refere aos 30% que os partidos devem destinar às candidaturas femininas.

Porém, apesar de todas elas aparecendo entre as vinte campanhas mais caras do partido, o desempenho eleitoral das candidatas foi pífio: somaram somente 2.097 votos.

Sindifisco critica ‘ato condenável’ de agentes da Receita Federal contra ministro do Supremo

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) repudiou o vazamento de informações sigilosas envolvendo o procedimento fiscal que teria por alvo o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Em nota, o Sindifisco reiterou a defesa dos princípios e normas constitucionais que condicionam toda fiscalização ao respeito

das garantias fundamentais e ao respeito do sigilo fiscal dos investigados.

Documento sigiloso da Receita, divulgado na sexta-feira (08) pela revista Veja, afirma que o órgão teria aberto um procedimento de fiscalização de um suposto crime de tráfico de influência atribuído a Gilmar Mendes e sua mulher.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Vale se recusou a acatar ações emergenciais para os atingidos

MP cobra assinatura do Termo de Ajuste Preliminar com os atingidos do rompimento da barragem de Brumadinho

Em audiência ocorrida na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, na última quarta-feira, 6, a Vale se recusou a assinar o Termo de Ajuste Preliminar Extrajudicial proposto pelo Ministério Público com ações emergenciais a serem implementadas após o rompimento da barragem da mineradora em Brumadinho, Minas Gerais.

O mar de lama de rejeitos da Vale destruiu as instalações da Mina do Feijão e matou centenas de pessoas. Até o fechamento desta matéria, 157 mortes foram confirmadas e outros 165 ainda permanecem desaparecidos.

De acordo com o promotor André Sterling Prado, que representou o Ministério Público na audiência, a empresa alegou precisar de tempo para análise técnica das medidas. Segundo o promotor “foi um prazo curto, realmente, mas nós não admitimos negociação. A negociação tem que ser em pequenos ajustes, pequenos detalhes. A Vale não tem que questionar isso agora. A Vale tem que simplesmente pagar o que ela causou numa questão emergencial”.

E completou num tom crítico, “as questões técnicas sempre aparecem, sempre justificam adiamentos”. Uma nova audiência foi marcada para a próxima quinta-feira, 14.

Prado afirmou que espera “que a Vale entenda a importância da aceitação desse documento”, já que, caso a empresa decida não assinar “vai estar caracterizada a postura da Vale como uma empresa que não quer ressarcir os crimes que ela têm cometido”. E, se for esse o caso, será pedido que o juiz decida sobre as ações emergenciais requeridas.

“Esse prazo de uma semana já é um prazo muito longo para todas essas pessoas que estão passando necessidade da bacia, que estão sentindo fome, que estão sentindo sede”, lembrou.

O documento foi redigido pela força-tarefa composta pelo Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG), Ministério Público Federal (MPF), Defensorias Públicas estadual e da União, o Estado de Minas Gerais e a advocacia-gerais do Estado e da União, que investigam a ruptura da barragem de Feijão. Antes da nova audiência as instituições e os atingidos devem se reunir com a mineradora.

O objetivo do documento é promover a execução rápida de medidas emergenciais que possam interromper os danos socioeconômicos e socioambientais provocados. O termo não se aplicará às demais ações ajuizadas, ou que venham a ser propostas.

O procurador destacou que a preocupação principal da força-tarefa é que os acordos de Mariana não se repitam. Segundo o promotor, “as instituições não vão permitir que a Vale tome o controle do processo de reparação. Quem vai dizer quem são os atingidos são os próprios atingidos e o Estado, quem vai fazer a reparação é o Estado, e a Vale terá que pagar, é isso que nós queremos”.

Ele lembrou que em Mariana, os governos Federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo fecharam um acordo de reparação com as mineradoras, cinco meses depois do rompimento, e sem a participação dos atingidos ou do Ministério Público. Neste acordo foi criada a Fundação Renova, que “tem um grave problema. Quem controla a Fundação Renova é a Vale e a BHP Billiton, ou seja, todas as ações da Fundação Renova acabam no final vindo o interesse da Vale e da BHP, e não a dos atingidos e isso tem gerado um problema muito grande”, destacou.

“Nós [Ministério Público] suspendemos o acordo e tentamos incluir os atingidos”, “mas não foi possível reverter e não funcionou”. Hoje “a Renova, ou seja, a Vale diz quem é atingido e quem vai receber indenização, além de controlar as ações de reparação e todo o dinheiro”.

Se for assinado, o TAP prevê a criação da Comissão de Deliberação e Gestão (CDG) para definição de medidas emergenciais e gestão da conta judicial existente à disposição do Juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública Estadual. O grupo será formado por dois representantes das comissões de pessoas atingidas, um representante de povos e comunidades tradicionais atingidas, além de um representante de cada um dos seguintes órgãos: Defesa Civil Estadual, Semad, Seapa, Sedese, MPMG, MPF, Defensoria Pública estadual e Defensoria Pública da União.

Na audiência, a justiça estadual determinou que a Vale realize com urgência, a transferência dos valores que o Estado de Minas Gerais demonstrou ter despendido até o momento com medidas emergenciais, no valor de R\$ 13.447.891,50. O que, segundo o promotor, é o mínimo a ser feito para que não fossem interrompidas as buscas.

Em nota, a mineradora apenas afirmou que “mantém contato com as autoridades de Minas Gerais com o objetivo de buscar soluções consensuais de forma a dar maior celeridade à indenização dos atingidos.”

TERMINOS

Entre os 40 pontos emergenciais apresentados pela Força-Tarefa estão:

- Cumprir todas as obrigações determinadas na tutela antecipada de-

ferida pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte nos autos do processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024;

- Interrupção, mitigação, recuperação, remediação e reparação integrais dos danos socioambientais e socioeconômicos, causados em todo território atingido, e a proporcionar todos os meios e condições necessários para a integral reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos;

- Estancar o carreamento de volume de rejeitos e lama que continuam a vazar das barragens rompidas, inclusive construindo e operando estruturas emergenciais de contenção;

- Apresentar, no prazo improrrogável de 60 dias, plano de manejo e remoção de rejeitos, elaborado com amplo conhecimento e garantindo participação das pessoas atingidas;

- Custear a realização, por entidade independente, de imediato mapeamento dos diferentes potenciais de resiliência, condições sanitárias e de habitabilidade da área atingida, observados, no mapeamento, a espessura da cobertura de lama, a granulometria e PH do material, além da possível concentração de metais pesados e outros resíduos tóxicos;

- Constatadas condições que demonstrem risco à saúde, falta de habitabilidade ou inobservância das condições sanitárias necessárias, disponibilizar moradia adequada, observadas as especificidades locais e a vontade das pessoas atingidas;

- Adotar medidas urgentes que impeçam que os rejeitos contaminem as fontes de nascente e captação de água, bem como qualquer outro curso de água fluvial;

- Controlar, imediatamente, a proliferação de espécies cinantrópicas (ratos, baratas, etc.) e vetoras de doenças transmissíveis às pessoas e aos animais nos locais próximos às residências e comunidades;

- Recompor, pelo prazo mínimo de 36 meses, a arrecadação tributária para o estado de Minas Gerais e para o município de Brumadinho;

- Custear, no prazo de 10 dias a contar da escolha pelas comunidades atingidas pelo rompimento das barragens, a contratação de entidades que prestarão assessoria técnica independente às pessoas atingidas;

- Custear a realização, por entidade independente, idônea e reconhecidamente capacitada, a ser definida pela Comissão de Deliberação e Gestão, de um plano global de recuperação socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba e de toda a área degradada;

- Custear a realização, por entidade independente, idônea e reconhecidamente capacitada, a ser definida pela Comissão de Deliberação e Gestão, um plano global de recuperação socioeconômica para atendimento das populações atingidas pelo desastre;

- Apresentar um plano de reparação das vias locais que se encontram obstruídas, rotas de fuga e meios para escoamento para a produção local, inclusive mediante disponibilização de transporte;

- Ressarcir ao estado de Minas Gerais todas as despesas realizadas direta ou indiretamente ou incrementadas em razão do rompimento das barragens;

- Quitar integralmente todas as penalidades administrativas aplicadas pelos órgãos e entidades públicas.

- Pagamento mensal aos atingidos de um salário-mínimo por pessoa adulta; meio salário-mínimo por adolescente; um quarto de salário-mínimo por criança; e o valor referente a uma cesta básica por núcleo familiar. Estes valores não serão deduzidos de indenização ou compensação a serem pagas a qualquer título.

- A Vale ficará obrigada ao pagamento de multa de R\$ 20 milhões por cada obrigação eventualmente descumprida, cumulada com multa diária no valor de R\$ 2 milhões enquanto persistir o descumprimento.

PENETRAS

Na última terça, 5, moradores e funcionários da Vale entraram em conflito durante uma reunião realizada no Parque da Cachoeira, em Brumadinho. De acordo com os moradores de Córrego do Feijão, o encontro era para escolher os representantes da comunidade na comissão de vítimas e definir a pauta de reivindicações.

“Eles foram de penetra. Não foram convidados. Não era assunto deles. Mas começaram a negar todas os pedidos”, conta o representante Adilson Lopes Silva.

O morador reclama da falta de representantes da Vale que ouçam e atendam os pedidos das localidades atingidas. “Nas comunidades, só tem funcionário disfarçado de voluntário. Não tem ninguém que possa resolver nada”, afirma.

Já Joceli Andrioli, da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), afirma que o movimento está “preocupado pela lentidão. Estamos observando e atentos para que não se repita o que acontece na bacia do Rio Doce. A reparação deve ter a participação direta, informada e organizada da população atingida”.

CAMILA SEVERO



“Quem vai fazer a reparação é o Estado e a Vale terá que pagar, é isso que nos queremos”, destacou o MP após a audiência

Lama de rejeitos já avançou 300 quilômetros no Rio Paraopeba

A expedição que analisa as condições do Rio Paraopeba após o rompimento da barragem da Vale que derramou milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério no leito do rio já detectou a presença de contaminantes a mais de 300 quilômetros de distância de Brumadinho. De acordo com a Fundação SOS Mata Atlântica, que coordena o levantamento, já foram analisados 11 pontos de coleta e na maioria deles possui água com condição péssima.

Na tarde desta segunda-feira (11), a Defesa Civil de Minas Gerais atualizou os números de vítimas do crime da Vale. De acordo com o tenente coronel Flávio Godinho, dos 165 corpos resgatados pelas buscas, 160 já foram identificados. O número de desaparecidos foi atualizado para 155 pessoas e outras 393 foram localizadas.

“No rio, um desastre como esse gera um caminho de destruição não só da fauna e da flora mas também das formas de organização, do trabalho e do lazer das pessoas que vivem no entorno dele, muitas vezes a centenas de quilômetros de onde se deram os acontecimentos”, diz Ricardo Fernandes, do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e membro da equipe.

Em Pará de Minas – a aproximadamente 90 km da barragem

Córrego do Feijão – onde continua sua expedição de 356 km pelo rio Paraopeba, as análises de qualidade da água mostraram que as membranas instaladas pela Vale para conter os rejeitos não deram resultados.

Para analisar a efetividade das membranas instaladas pela Vale, a equipe da Fundação realizou medições antes e depois das barreiras. No primeiro ponto, onde o rio possui intensa corrente – trecho mais largo até agora – o índice de oxigênio chegou a 3mg/l e a turbidez a 683,8 NTU (sigla em inglês para a unidade matemática Nefelométrica de Turbidez, que verifica quantidade de partícula sólida em suspensão, o que impede a passagem da luz e a fotossíntese, causando a morte da vida aquática). Esta turbidez equivale a seis vezes mais do que o indicado pela legislação ambiental.

Aproximadamente 500 metros depois das membranas, no ponto de captação de água de Pará de Minas, a turbidez foi de 366 NTU, ou seja, as barreiras estão tirando aproximadamente 50% do volume de rejeito.

Portanto, neste ponto não há vida aquática, além de não ser indicado o uso desta água pela população – conforme decisão de suspensão de captação pela empresa Aguas de Pará de Minas.



10 jovens morreram após incêndio no alojamento do CT

Dor e sofrimento no enterro de jovens da base do Flamengo

Os enterros das vítimas do incêndio no alojamento das categorias de base do Flamengo estão sendo marcados por grande comoção. Na segunda-feira (11), o corpo de Samuel Thomas de Souza Rosa de apenas 15 anos foi sepultado no Cemitério de Vila Rosali, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Centenas de pessoas acompanharam o velório e homenagearam o jovem.

Samuel é um dos 10 jogadores mortos na tragédia ocorrida na última sexta-feira (8).

A mãe de Samuel foi trazida de ambulância até o cemitério. Ela chegou praticamente desmaiada. Meia hora depois, desmaiou e foi novamente carregada até a ambulância, antes do enterro.

Parentes e amigos prestam homenagens, vários deles vestindo a camisa do clube. Alguns torcedores cantaram o nome de Samuel e de outras vítimas do enterro.

“A mente dele era só ajudar a família. Estamos perdendo muitos jovens, ele era um menino muito bom e vim dar um abraço na família”, diz Carla Caetano Pereira, vizinha e amiga do jogador.

Gedson Beltrão dos Santos Corcosinho, de 14 anos, foi enterrado na manhã desta segunda-feira (11) no Cemitério Municipal de Itararé

(SP). Gedinho, como era conhecido, foi velado no ginásio municipal de Itararé. O caixão chegou às 23h30 e entrou sob uma salva de palmas de parentes, amigos e moradores da cidade que lotaram o local. A mãe do jogador passou mal e precisou ser amparada.

Além de Gedson e Samuel, também foram sepultados nesta segunda-feira Jorge Eduardo Santos, que foi levado para Além Paraíba, na Zona da Mata de MG; Athila Souza Paixão enterrado em Lagarto, em Sergipe; e Rykelmo de Souza Viana enterrado em Limeira.

A Prefeitura divulgou em nota que o Centro de Treinamento do Flamengo não possui alvará de funcionamento, devido à ausência do certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros, e que o clube já havia sido autuado pelas condições do local mais de 30 vezes, entre outubro de 2017 e dezembro de 2018.

“Por estar em funcionamento sem o devido alvará foram lavrados 31 autos de infração. Desse total, o Flamengo pagou 10 multas e deixou de pagar 21 multas. Por conta da legislação - Lei Federal 5172/66 - não é possível informar os valores das multas por questão de sigilo fiscal”, revelou a nota divulgada pela secretaria municipal da Casa Civil.



“O Brasil passa por sucessão de desastres evitáveis”, diz Dodge

Em discurso na sessão do Conselho Superior do Ministério Público nesta sexta-feira (8), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, manifestou condolência às vítimas do incêndio que atingiu o ninho do Urubu, alojamento das categorias de base do Flamengo, e disse que o Brasil passa por uma “sucessão de fatos e desastres evitáveis”.

Dodge também lembrou do rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG), em 25 de janeiro. Até o momento, foram 157 mortes confirmadas e outras 182 pessoas ainda desaparecidas.

Segundo Dodge, os episódios revelam “a grande dificuldade que temos tido de prevenir desastres de grandes proporções, seja em áreas urbanas, seja em área rural”.

“Eu queria iniciar esta sessão extraordinária, portanto, enviando em nome de todos os conselheiros no MPF condolências às vítimas, aos seus familiares e a toda a população brasileira, porque estamos vendo uma sucessão de fatos e desastres evitáveis, preveníveis e precisamos estar atentos a eles para que as instituições de controle, fiscalização e punição realmente funcionem no Brasil”, afirmou Dodge.

A procuradora-geral ressaltou que todos os anos, no período das chuvas, há tragédias no Brasil. Segundo ela, é preciso dar voz à sociedade civil que “clama” para que as autoridades tomem atitudes a respeito.

“São fenômenos, fatos, que exigem a atuação das instituições de controle e fiscalização para que examinemos juntos se as medidas de prevenção estão sendo desenhadas, adotadas, implementadas, seguidas, controladas e monitoradas. É preciso dar voz à sociedade civil que clama há muitos anos para que as autoridades públicas tenham atenção para a gravidade desses problemas”, declarou a procuradora.

A procuradora-geral defendeu medidas para prevenção de desastres e disse que Justiça deve funcionar para obter a reparação do dano às vítimas.

“Isso acende a necessidade que essa instituição [MPF] se estruture de forma adequada a resolver problemas antigos, problemas de alta complexidade, problemas crônicos que pendem de solução”, disse Dodge.

“Notadamente estes na área de grandes desastres por razões ambientais, mas também por construções humanas, como é o caso de barragens ou caso de incêndios ou desabamentos ocorridos em prédios urbanos, como é o caso do não funcionamento adequado do sistema de escoamento de águas pluviais, água da chuva em regiões urbanas”, completou.

Ricardo Boechat falece após acidente em SP

O jornalista Ricardo Boechat faleceu num acidente de helicóptero em São Paulo, no início da tarde desta segunda-feira (11). Boechat tinha ido a um evento de um laboratório farmacêutico, em Campinas (SP), retornando à capital, quando a aeronave caiu na rodovia Anhanguera.

O piloto do helicóptero Ronaldo Quattrucci também morreu na hora.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, a aeronave caiu em cima de um caminhão que trafegava pela rodovia, no sentido interior. Não há, ainda, informação sobre o estado de saúde do motorista – ou se havia passageiros no caminhão acidentado. A aeronave explodiu após o choque. Os bombeiros informaram que 11 viaturas foram deslocadas para o local no atendimento à ocorrência.

O jornalista trabalhava atualmente no Grupo Bandeirantes de Comunicação, apresentando dois programas diários, A Notícia com Ricardo Boechat, um matinal na rádio BandNews FM, e o Jornal da Band à noite, na TV Bandeirantes. Ele tinha também uma coluna na revista semanal Istoé.

Na manhã desta segunda, Boechat falou em seu programa matinal no rádio sobre a sucessão de tragédias no país, como Brumadinho, e no ninho do Urubu, no Rio de Janeiro.

“Por enquanto, sabe-se, em linhas gerais, que a culpa não pode ter recaído sobre o Vaticano, nem sobre a república da Arábia. A culpa está sobre o campo da Vale, no campo da fiscalização, no campo do Legislativo, e a cumplicidade para isso está no Judiciário, que de Mariana para cá pouco fez para dar efetividade às punições, às sanções, que poderiam ter feito de Mariana um exemplo não só para a Vale, protagonista das duas tragédias, mas para as mineradoras de uma maneira em geral”, comentou o jornalista à rádio Band News FM.

Boechat é ganhador de três prêmios Esso de jornalismo. E também o maior ganhador do Prêmio Comuniquê-se.

A jornalista Veruska Seibel Boechat, mulher do apresentador Ricardo Boechat, se pronunciou na tarde desta segunda-feira, 11, horas após a confirmação da trágica morte do jornalista em uma queda de helicóptero em São Paulo.

Com uma foto em que aparece abraçada ao marido, ela resumiu. “Pior dia da minha vida”. A imagem é do dia do casamento dos dois, em 2005.

Boechat deixou duas filhas com Veruska: Catarina, de 10 anos, e Valentina, de 12. Ele ainda tinha outros quatro filhos, frutos do casamento com Claudia Costa de Andrade.

CARTA DE BRASÍLIA

As entidades abaixo signatárias, organizadoras do Ato em Defesa da Justiça do Trabalho, dos Direitos Sociais e pela Valorização do Sistema de Proteção Trabalhista, vêm a público, diante dos riscos de retrocesso social, considerando o desrespeito às instituições brasileiras de proteção social trabalhista, apresentar manifestação, com supedâneo nas previsões constitucionais e internacionais pertinentes, manifestar-se nos termos abaixo:

1. A Justiça do Trabalho é dos brasileiros. A sua existência é essencial para a pacificação dos conflitos, reequilibrando as desigualdades sociais existentes. Isso significa que a estrutura judiciária laboral não pertence a governos e legislaturas. Desse modo, não se pode discricionariamente dispor para diminuir, sufocar ou enfraquecer uma estrutura judiciária construída ao longo de 75 anos, desde 1934, escorada na mais robusta tradição do constitucionalismo social.

2. A existência do Poder Judiciário Trabalhista e do Ministério Público do Trabalho é condição para a cidadania plena, como prevista na Constituição de 1988. Os cidadãos têm direito à manutenção e ao fortalecimento dessas instituições públicas. Portanto, atenta contra o primado da cidadania discursos de extinção, fusão ou incorporação da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.

3. Em termos constitucionais, não apenas os direitos, mas também as garantias individuais representam limitação à atuação dos poderes constituídos, inclusive ao poder de reforma constitucional (inc. IV, do § 4º, do art. 60). O enfraquecimento do Poder Judiciário, do Ministério Público e da fiscalização do trabalho significa, na prática, a violação da garantia de acesso à jurisdição justa e ao mercado de trabalho regulado segundo padrões mínimos de legalidade, proteção e de lealdade na concorrência. Os serviços judiciários, a atuação do Ministério Público do Trabalho, da fiscalização do trabalho e da advocacia especializada são considerados essenciais para

o Estado Democrático de Direito e devem ser preservados pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelo próprio Poder Judiciário. Não bastasse, o art. 85, II, da Constituição considera crime atentar contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.

4. É exatamente para se evitar que mudanças políticas possam comprometer o funcionamento das instituições que compõem o sistema de Justiça laboral que a Constituição prevê, no caso do Poder Judiciário (art. 99), a garantia da autonomia administrativa e financeira. Também por isso, conforme parágrafo 1º do mesmo dispositivo, os tribunais devem elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias. Essa autonomia deve ser respeitada, sob pena de haver precarização dos serviços

que são oferecidos, não competindo aos demais poderes interferir na configuração constitucional da Justiça. O Ministério Público e a advocacia são declaradas funções essenciais à Justiça, de modo que o Ministério Público do Trabalho e a advocacia trabalhista são essenciais à Justiça do Trabalho.

5. No campo internacional, o artigo 2º, 1º, do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, promulgado no Brasil pelo Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992, em razão da incorporação ao plano interno realizada pelo Decreto Legislativo nº 226, de 12 de dezembro de 1991, também prevê que “cada Estado Parte do presente Pacto compromete-se a adotar medidas, tanto por esforço próprio como pela assistência e cooperação internacionais, principalmente nos planos econômico e técnico, até o máximo de seus recursos disponíveis, que visem a assegurar, progressivamente, por todos os meios apropriados, o pleno exercício dos direitos reconhecidos no presente Pacto, incluindo, em particular, a adoção de medidas legislativas”. Portanto, o respeito

aos direitos sociais e suas garantias não pode estar à mercê de eventuais políticas de mercado econômico. Há retrocesso social, com violação da cláusula de progressividade, quando os detentores de cargos públicos não se comprometem com a manutenção, a defesa e o incremento das instituições componentes do sistema de justiça. O Brasil também se comprometeu no plano internacional, ao ratificar a Convenção nº 81 da OIT, quanto à necessidade de garantir independência aos inspetores e auditores para que atuem de forma adequada, a despeito de qualquer mudança de governo ou de qualquer influência externa indevida.

6. O Brasil se distanciará da agenda do trabalho decente, do compromisso com a promoção da justiça social para todos e dos primados da igualdade e da liberdade se não adotar como discurso e como prática de governo o respeito e a valorização das instituições integrantes do sistema de justiça laboral, especialmente a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, a fiscalização do

trabalho e a advocacia trabalhista.

7. Reafirma-se a absoluta necessidade de respeito à independência da Magistratura, à autonomia da Justiça do Trabalho e à dignidade da autoridade judiciária, assim como do Ministério Público do Trabalho, da fiscalização do trabalho e da advocacia trabalhista, enquanto elementos fundamentais para a concretização dos direitos sociais, mediante a interpretação das fontes do Direito em conjunto com as regras e princípios constitucionais, assim como em concordância harmônica com

os tratados e convenções internacionais de que o Brasil faça parte.

E, por ser assim, subscrevem.

ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho;

OAB – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho

ABRAT – Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas

FENAJUFE – Federação Nacional dos Trabalhadores do

Judiciário Federal e Ministério Público da União

Anamatra: “A Justiça do Trabalho é patrimônio do povo brasileiro”



Mobilização faz frente à ameaça de extinção da Justiça do Trabalho

OIT cobra do governo revisão de artigos da reforma trabalhista

A Comissão de peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) voltou a pedir que o governo brasileiro reveja dois artigos da “reforma” trabalhista que tratam de acordos coletivos. Os peritos da OIT solicitam mais precisão nos itens da lei para definir situações em que o negociado possa prevalecer sobre o legislado.

O pedido está no relatório divulgado pela entidade, a partir de sua sede em Genebra, na sexta-feira (8).

“Assinalando a importância de obter, na medida do possível, um acordo tripartite sobre as regras básicas de negociação coletiva, a Comissão pede ao governo que adote, em consulta com os interlocutores sociais representativos, as medidas necessárias” para revisar os artigos, “a fim de demarcar de maneira mais precisa as situações em que as cláusulas sobre exceções à legislação poderiam ser negociadas, assim como o alcance destas últimas”, diz o texto.

A Comissão salientou que “as dis-



Comissão de peritos pede mais precisão sobre o negociado e o legislado

posições legislativas que permitem que os contratos individuais de trabalho contêm cláusulas contrárias àquelas contidas nos contratos coletivos não são compatíveis com a obrigação de promoção da negociação coletiva”.

O colegiado de peritos cita a “amplitude das exceções permitidas” pelo artigo 611-A, e afirma que ele “pode afetar a finalidade e a capacidade de atração do mecanismo de negociação coletiva ou, ao menos, modificar significativamente a percepção deste último por atores interessados, e desta forma comprometer sua promoção e seu exercício”.

No relatório, os peritos se mostram preocupados com informações de organizações sindicais rece-

bidas pela entidade internacional quanto a “redução significativa da liberdade sindical, negociação coletiva e das relações de trabalho”.

O Brasil já havia sido incluído, no ano passado, em uma lista elaborada pela Comissão de Aplicação de Normas da OIT, de países que deveriam prestar esclarecimentos. A lista fazia recomendações para que artigos da lei da reforma trabalhista fossem revisados.

A organização propõe ao governo brasileiro que encaminhe “um diálogo amplo” com representantes de empregadores e trabalhadores para tentar garantir que a legislação sobre negociação coletiva “seja fruto de consenso dos interlocutores sociais”.

Ato em defesa da Justiça do Trabalho reuniu mais de 500 pessoas na Câmara dos Deputados. Juizes, procuradores, advogados e servidores da Justiça lançaram a Carta de Brasília

Os Juizes, procuradores, advogados e servidores da Justiça do Trabalho realizaram na terça-feira (5), em Brasília, o “Ato Nacional em Defesa da Justiça do Trabalho e dos Direitos Sociais”.

A mobilização faz frente à ameaça de extinção da Justiça do Trabalho. No início do ano, Jair Bolsonaro (PSL) declarou que seu governo estaria “estudando” a extinção deste ramo da Justiça brasileira, em entrevista ao SBT.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) Guilherme Feliciano destacou, ao abrir o evento, que reuniu mais de 500 pessoas no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, que a Justiça do Trabalho não é uma “jabuticaba” brasileira, “como dizem os incautos e os elitistas”.

“A Justiça do Trabalho permanecerá, porque é patrimônio do povo brasileiro”, afirmou.

Feliciano lembrou que “as agressões urdidas contra a Justiça do Trabalho não começam e não terminam com a referida fala do Presidente da República”, e ressaltou que os “dados distorcidos e informações falsas” apresentados por Bolsonaro na entrevista “podem estimular, paulatinamente, discursos completamente dissociados da realidade”.

O ato foi organizado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), em parceria com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe), a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O evento contou com a presença de parlamentares, representantes de universidades, sindicalistas de diversas categorias, dos presidentes das centrais Força Sindical (Miguel Torres) e CGTB (Ubiraci Dantas), além de diversas associações profes-

sionais e da sociedade civil.

O vice-presidente da OAB Nacional, Luiz Viana Queiroz, afirmou que a transformação do Brasil exige o respeito intransigente às garantias asseguradas a cada cidadão na Constituição Federal de 1988. “Devemos fortalecer – e não debilitar – a Justiça do Trabalho, que constitui, ela própria, um direito da cidadania. Há de ser rigorosamente aplicada a lei, sempre à luz da Constituição da República. É imprescindível garantir aos trabalhadores aquilo que lhes cabe. Do contrário, nosso Estado Democrático de Direito continuará a falhar ostensivamente”, disse o advogado.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, destacou a capacidade da Justiça do Trabalho para resolver os conflitos sociais. “Não se constrói um Brasil melhor sem direitos sociais, sem respeito ao trabalhador. Qualquer tipo de alteração ou reflexão que seja feita não pode passar, ou atropelar uma conquista de 100 anos de luta do povo brasileiro”, alertou.

Ao final do ato foi redigida a Carta de Brasília, um documento que reforça, entre diversos pontos, a necessidade não apenas da existência da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, mas também o fortalecimento destas instituições.

“A existência do Poder Judiciário Trabalhista e do Ministério Público do Trabalho é condição para a cidadania plena, como prevista na Constituição de 1988. Os cidadãos têm direito à manutenção e ao fortalecimento dessas instituições públicas. Portanto, atenta contra o primado da cidadania discursos de extinção, fusão ou incorporação da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho”, diz a carta assinada pela Anamatra, OAB, ANPT, Abrat e Fenajufe.

Leia a íntegra da **Carta de Brasília** na coluna à esquerda

CGTB: “Bolsonaro quer acabar com Previdência para locupletar banqueiros”

A Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) lançou uma nota esta semana, assinada pelo presidente da entidade, Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira), contra a reforma da Previdência que o governo Bolsonaro prepara para enviar ao Congresso.

“A Previdência é uma das maiores conquistas dos trabalhadores brasileiros. E o maior instrumento nacional de distribuição de renda. Vamos erguer uma barreira de resistência a esse crime contra os mais velhos”, afirma o documento, que aponta uma série de dados que desfazem os argumentos do governo de que o rombo nas contas públicas é culpa da Previdência Social e de que há déficit previdenciário.

“A Previdência pública é superavitária”, diz a CGTB, que explica que “se respeitadas as verbas constitucionalmente destinadas a ela – contribuição do trabalhador, do patrão (sem as desonerações da folha de pagamento) e a contribuição do governo (formada pela COFINS, PIS, Contribuições sobre o Lucro Líquido, entre outros) –, entra muito mais recursos do que se gasta”.

A nota prossegue afirmando que “o déficit monstruoso de 300 bilhões em 2017 é fake news espalhado pelo Guedes, ainda mais esganado que seus antecessores, para justificar o assalto dos bancos aos recursos da aposentadoria, 800 bilhões de reais por ano”.

“Para fabricar o déficit, desconsideram os desvios através da DRUM (Desvinculação das Receitas da União), de 30% da COFINS, do PIS e da Contribuição sobre o Lucro Líquido, impostos que pertencem constitucionalmente à Previdência”.

A entidade diz que esses desvios e impostos “derrubaram em 2017 as entradas em 111 bilhões de reais da parte que cabia

ao governo pagar”. E prossegue, “ou os 46 bilhões, segundo a Associação dos Auditores Fiscais, correspondente ao rendimento financeiro dos fundos da Previdência que o governo embolsa. Ou ainda, os 40% do PIS que financiam o FAT, mas que pertencem à Previdência”.

A nota cita ainda que, “da parte dos patrões, o rombo fabricado foi de 141 bilhões só em 2017, que a Previdência deixou de arrecadar com a desoneração da folha de pagamento, na maioria, de multinacionais”.

E reafirma que mesmo com as desonerações na folha de pagamento a Previdência foi superavitária em 2013, 2014 e 2015. “E a realidade é que a Previdência continuou superavitária em 2016 e 2017, considerados os 137 bilhões desonerados da folha de pagamento de 2016 e os 141 bilhões de 2017, na maioria de multinacionais, mais que foram suficientes para fazer frente à diferença de 55 bi em 2016 e 57 bi em 2017 motivados pelo brutal desemprego e pela queda de arrecadação”, explica.

Para a entidade, o sistema de capitalização que a equipe econômica do governo quer instituir, “é um sistema criminoso”. E cita o exemplo do Chile, criado pelo ditador Augusto Pinochet em 1980, que resultou em um sistema falido onde “90% dos aposentados ganham 60% do salário mínimo” e “provocou uma taxa recorde de suicídios em idosos de mais de 80 anos”, naquele país.

Nesse sistema, argumenta a central, “patrões e governo deixariam de contribuir para a Previdência. O fardo ficaria todo no ombro do trabalhador”.

O documento termina clamando os trabalhadores e suas entidades a se unirem para barrar a reforma.

Despesa com juros da dívida é o dobro dos gastos da Previdência no orçamento da União

A Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), denunciou nesta segunda-feira, 11, que o setor financeiro abocanhou 40,66% ou 1,065 trilhão, de todo o orçamento geral da União, através de juros e amortizações da dívida, pagos no ano passado.

“Esse problema é gravíssimo e, ape-

sar disso, não foi analisado devidamente pelos especialistas e tampouco divulgado adequadamente pela imprensa. O impacto da Previdência Social nesse mesmo Orçamento foi muito abaixo disso. Ele representou apenas 24,48% do Orçamento Geral da União e, portanto, quase metade do total das despesas financeiras do Estado”, diz a

nota da Cobap.

A entidade também aponta que enquanto as despesas financeiras do Estado consumiram 40,66% de todo o orçamento geral da União; os gastos do governo federal em Educação e Saúde representaram 3,62% e 4,09%, respectivamente. A Segurança Pública representou apenas 0,34% do orçamento executado em 2018.



Líder de Marea Socialista: “Maduro é autoritário e Guaidó é um usurpador”

Gonzalo Gómez Freire, dirigente do movimento chavista de oposição ao governo de Nicolás Maduro, Marea Socialista, e co-fundador do portal *aporrea.org*, concedeu entrevista, no domingo, 10, analisando a situação da grave crise que vive o país. Publicamos os principais trechos de suas declarações.

Aporrea - Você é crítico do governo de Nicolás Maduro e também do opositor Juan Guaidó. O que você questiona de cada um?

O governo de Maduro vem destruindo os direitos da classe trabalhadora. É muito autoritário, antidemocrático. É demasiado corrupto. Compromete a soberania em matéria social e petrolífera e, apesar do discurso antiimperialista, o que busca é reacomodar-se na economia global como neo-burguesia. Viola gravemente a Constituição e vem desmantelando tudo o que restava da revolução bolivariana como processo real, da qual só resta uma linguagem manipuladora e carente de conteúdo verdadeiro.

Guaidó é também um usurpador, mas tem conseguido aparecer com a manobra de cavalgar o imenso mal-estar e o protesto genuíno do povo. Autoproclamou - se presidente à margem da Constituição, sem ser eleito por ninguém. Tem levado para seu terreno imensas mobilizações de massas cansadas do governo de Maduro e iludidas com a possibilidade de uma mudança cuja fonte de seu projeto está em Washington e suas decisões não lhe pertencem. Está a serviço de uma operação intervencionista de recolonização desde o estrangeiro. No fundo, têm se repetido muitos dos elementos do golpe que Carmona fez contra Chávez, agora buscando o apoio militar que ainda não tem aparecido, embora tenha por trás o poder militar e econômico dos Estados Unidos.

Nós rejeitamos a suposta “presidência títire” de Guaidó, mas ao mesmo tempo dizemos que Maduro não pode continuar governando contra o povo. Apelamos para a soberania popular.

O que os meios de comunicação divulgam é uma total polarização da sociedade venezuelana. É assim ou existem posições intermediárias?

Para o povo, protestar contra Maduro não é equivalente a confiar em Guaidó. O povo está na expectativa. Eu faço parte de um setor que não se sujeita a essa polarização e que promove uma autonomia política e de classe dos trabalhadores e do movimento popular que marque distância frente à burocracia corrupta e frente ao capital explorador.

Por exemplo, no seio da Intersetorial de Trabalhadores de Venezuela (ITV), que é um órgão de articulação das lutas da classe trabalhadora politicamente plural, nós trabalhamos a batalha (enquanto Marea Socialista, junto com outros setores classistas de esquerda) para conseguir que a ITV não fosse de forma oficial à marcha convocada por Guaidó em 23 de janeiro. Defendemos que sustentasse sua própria convocação, separada e com sua própria agenda, para contribuir a levantar a autonomia dos trabalhadores como ator com voz própria e em exigência da soberania popular. Insistimos em que se mantivesse apegada ao programa de luta que aprovamos em assembleias.

Os meios de comunicação, tanto os privados como os do Estado, não estão interessados em mostrar opções de ruptura com a polarização porque estão envolvidos com um ou outro contendor. Caso distinto ao de Aporrea, por exemplo, que é um meio de comunicação alternativo e popular.

O que propõe esta posição intermediária?

Não me identifique com a qualificação de “intermediária”, simplesmente é outra posição. A Marea Socialista, junto com a Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição, onde participam vários ministros de Chávez que romperam há tempo com o governo Maduro, promove o exercício da soberania popular através de uma saída constitucional democrática com o povo mobilizado. Dizemos que “Maduro o povo não quer e Guaidó ninguém escolheu”. Propomos a reeleição de todos os poderes e a realização de eleições gerais; para tal apelamos para um referendo consultivo, previsto no artigo 71 da Constituição, para que o povo se expresse e decida, livre e soberanamente, em matéria de especial transcendência nacional. Para isso se requer que seja solicitado por 10% dos eleitores. E seja quem for aquele que se autoqualifique como “presidente”, não pode desconhecer esse direito porque a soberania reside no povo.

Esta crise é diferente das outras e é definitiva para que se produza uma mudança na Venezuela?

Esta é a crise de uma revolução traída. Com Chávez havia um processo democrático, progressista, de transformação, que acumulou muitas conquistas para o povo, apesar de que muitos dos problemas começaram a se gestar durante seu mandato. Agora o que temos é a triste realidade de que o imperialismo e a burguesia tradicional vêm colher o resultado da tarefa já realizada por uma burocracia corrupta, de uma espécie de “neolumpemburguesia” que quis agarrar as riquezas de um país em lugar de continuar a possibilidade revolucionária que se iniciou com Chávez. Não pode se comparar a suposta mudança que viria das mãos intervencionistas dos Estados Unidos e setores capitalistas tradicionais com o que foi a transformação vivida nos melhores anos da Revolução Bolivariana. Acreditamos que somente configurado um movimento autônomo da classe trabalhadora, os setores populares podemos aspirar a uma mudança favorável para nós. O que representam Guaidó e Trump, obviamente, não é a nossa mudança, e o que representa Maduro é também a sua negação.

Qual é o melhor e o pior cenário possível?

Que o povo mobilizado reclame sua condição de soberano e que force uma consulta ou novas eleições democráticas com melhores garantias. Que os fatores em pugna busquem uma saída negociada, mas não como acordo entre cúpulas, senão de cara ao povo. Tudo é preferível a uma guerra civil ou a uma invasão. Porém o preço da paz não pode ser seguir na miséria, sem democracia e sem soberania nacional.

Diante de uma convocação de eleições, mudariam os resultados em relação às anteriores?

As eleições anteriores, embora tenhamos chamado a votar, foram em condições irregulares e carentes de garantias e transparência. Haveria que renovar o Conselho Nacional Eleitoral, mas não como uma repartição de cargos entre os partidos políticos, poderes instalados e em disputa, mas com a participação aberta da cidadania, sob forma que teria que se discutir. Isso não é garantido nem pela burocracia de Maduro nem pelo binômio Guaidó-Trump.

Venezuelanos condenam uso de “ajuda humanitária” para intervir



Navarro, Marquez e Oly Milan, ministros de Chávez, junto com Gomez, da Marea Socialista, após encontro com representantes da Cruz Vermelha



Manifestação exigindo “Futuro para o Trabalho” tomou as ruas de Roma

Recessão bate às portas da Itália e Centrais exigem mais investimentos e empregos

Sob a bandeira de “Futuro para o Trabalho”, centenas de milhares se uniram aos manifestantes da capital, vindos de todos os recantos da Itália, no sábado (9), para exigir um “basta à política recessiva” e à falta de empregos “em especial para os jovens”, como afirma a convocatória das centrais sindicais CGIL, CSIL e UIL. No quarto trimestre do ano passado, o PIB caiu 0,2%, depois de uma queda de 0,1% no terceiro trimestre, configurando que a Itália está em recessão técnica.

As centrais sindicais condenaram a sujeição do governo no 5 Estrelas-Liga às pressões da Comissão Europeia, que forçou Roma a reduzir os investimentos, para manter o déficit fiscal mais perto da promessa feita pelo governo anterior, de Matteo Renzi, repellido nas urnas. Roma teve de refazer o orçamento três vezes. Também foi Renzi, que se dizia de “centro-esquerda”, que decretou o “Jobs Act” para surrupiar direitos dos trabalhadores e avançou sobre as aposentadorias.

A manifestação se estendeu por vários quilômetros da Piazza della Repubblica até a Piazza San Giovanni, com faixas e cartazes como “tire as mãos das aposentadorias”, “não somos seu caixa eletrônico” e “há uma só raça, a humana”. A “mudança”, slogan da coalizão no poder na Itália, conforme um cartaz com três caras e respectivas legendas: Berlusconi “vigarista”, Di Maio “cretino” e Salvini “nazista”. Para chegar a Roma foram utilizados dez trens, 1300 ônibus e dois navios.

Segundo as centrais, a estagnação econômica faz o desemprego entre os jovens chegar a 16,7% (o dobro da média europeia) e para o conjunto dos trabalhadores é o terceiro mais elevado da Europa, 9,7%, atrás apenas da Grécia e da Espanha. O famigerado “Jobs Acts”

—o nome em inglês foi uma escolha de Renzi — tornou mais fácil e mais barato demitir e impôs a precariedade nas relações de trabalho. Entre o atual governo e as centrais sindicais, não há como esconder as contradições.

O novo secretário-geral da CGIL, o metalúrgico Maurizio Landini, denunciou os “nós estruturais”, com os quais “este governo, infelizmente, não está lidando, assim como os governos anteriores”. Para ele, esse ato “é o começo de uma revolta contra uma situação de paralisia que se aprofundou com a quebra de 2008, da qual o país não saiu até hoje”.

Ironizando a origem nas redes do Movimento 5 Estrelas, a secretária-geral da central CGIL, Annamaria Furlan, disse que aqui está “a Itália real, trabalhadores em carne e osso, nada a ver com slogans lançados pelo Twitter ou postados no Facebook”.

PRODUÇÃO CAI

“Depois de tantos anos de uma crise tremenda, começamos a levantar a cabeça e ter esperança no futuro”, acrescentou, apontando que “a produção industrial cai e só o juro cresce, abatendo os salários e as aposentadorias”. Ela chamou o governo Di Maio-Salvini de “governo virtual”.

O atual governo tornou lei suas duas principais promessas de campanha no terreno social, a chamada “renda cidadã” de 780 euros e a redução da idade mínima de aposentadoria de 67 para 62 anos, desde que atendida a quota 100 (38 anos de contribuição mais 62 anos de idade).

Um avanço em uma Europa onde os bancos se lançaram sobre os cofres públicos para se manterem à tona, e mandaram a conta aos trabalhadores em geral e aposentados em particular. Mas é insuficiente, na medida em que continua vigente a cláusula que diz que,

sob alegações várias, como queda na arrecadação, alta da expectativa de vida, e qualquer outra justificativa que os banqueiros possam achar, é inteiramente legal meter a mão no bolso dos idosos e cortar aposentadorias.

Para as centrais, a “renda mínima” de Di Maio não passa de uma irrisória bolsa básica para os mais pobres, e de curta duração, 18 meses, e cria um pretexto para ataques ao mecanismo do seguro-desemprego. Outra divergência é com o lado B do governo, a xenofobia explícita de Matteo Salvini, o chefe da Liga, e sua perseguição a imigrantes.

No discurso, Landini assinalou que os trabalhadores italianos exigem do governo “um debate para que se transforme a economia com vistas a um futuro melhor para o país”, com a “criação de empregos de qualidade através dos investimentos públicos, apoio ao investimento privado, recursos para infra-estrutura, uma política fiscal justa que não privilegie os estratos mais ricos, fim dos cortes às aposentadorias e, pelo contrário, sua revalorização”. Também “mais recursos para apoio aos jovens e às mulheres que anseiam por acesso ao trabalho”.

A atitude do vice-primeiro-ministro, Luigi Di Maio, que, na semana anterior se encontrou com lideranças do movimento Coletes Amarelos da França, mas se recusou a receber uma comissão dos trabalhadores que estavam nas ruas da capital do próprio país, não passou em branco.

“Se alguém governa este país e ainda se mostra amigo dos que protestam em outro, eu lhes digo, se vocês têm uma centelha de inteligência, ouçam a nós reunidos nesta praça. E só ver essa incontável multidão mobilizada sob a bandeira comum da defesa do trabalho para saberem que nós somos a mudança”, afirmou.

Os Coletes Amarelos, que já derrubaram o aumento do preço do diesel e forçaram Macron a vários recuos a contragosto, seguem exigindo sua renúncia, a restauração do imposto sobre fortunas, que ele aboliu, e a instauração de um mecanismo de consulta popular. Os protestos também vêm inviabilizando a próxima fase de suas “reformas”, a da Previdência, destinada a piorar a anterior; cometida por Sarkozy em 2012.

Diante do Arco do Triunfo, os Coletes Amarelos exigem que Macron se vá

Na 13ª semana desde o início dos protestos, os “Coletes Amarelos” voltaram a se manifestar no sábado (9) nas ruas da França, reunindo milhares de pessoas.

A partir da primeira manifestação em 17 de novembro, o movimento se transformou e agora põe à mostra sua resistência focado nas críticas ao presidente, Macron.

A manifestação começou em Paris às 11h30 diante do Arco do Triunfo e desceu a Av.

Champs Elysées.

Como nos fins de semana anteriores, um forte dispositivo de segurança principalmente em volta das instituições públicas, como a sede da presidência, o ministério da Relações Exteriores ou a própria Assembleia Nacional, que ficam próximos ao trajeto do cortejo, foi alocado pelo governo.

Em outras cidades como Bordeaux, Marselha, Nice, Montpellier, Rouen e Caen os protestos acontecem ao longo

de todo o dia.

Os Coletes Amarelos, que já derrubaram o aumento do preço do diesel e forçaram Macron a vários recuos a contragosto, seguem exigindo sua renúncia, a restauração do imposto sobre fortunas, que ele aboliu, e a instauração de um mecanismo de consulta popular. Os protestos também vêm inviabilizando a próxima fase de suas “reformas”, a da Previdência, destinada a piorar a anterior; cometida por Sarkozy em 2012.

Ministros do governo Chávez, junto com portavoz da Marea Socialista, encontraram-se com representantes da Cruz Vermelha para denunciar a ingerência dos EUA sob o disfarce de “ajuda”

Três ministros do governo Chávez, juntamente com o líder da Marea Socialista, Gonzalo Gomez, representando a Plataforma Cidadão em Defesa da Constituição (PCDC) e a Plataforma pelo Referendo Consultivo, foram recebidos pela representação venezuelana da Cruz Vermelha Internacional, no dia 7, e concordaram que a ajuda humanitária necessária diante da crise econômica e de desabastecimento que se abate sobre a Venezuela não pode servir de fachada para uma intervenção dos Estados Unidos.

Os líderes venezuelanos representam um conjunto de organizações e lideranças que se distanciaram do governo de Maduro, mas não aceitam a intervenção externa como saída para a situação da Venezuela e propõem um Referendo Consultivo (como previsto no artigo 71 da Constituição do país) para que o povo determine se deseja ou não eleições em todos os níveis para a renovação da vida pública nacional.

Os líderes venezuelanos foram conhecer os detalhes das Convenções Internacionais que regem tais ajudas, tendo em vista a decisão unilateral do autoproclamado ‘presidente’ Guaidó, assim como dos EUA, de introduzirem a suposta ajuda desse tipo na Venezuela, sem a autorização do governo ou do presidente Maduro e “como presumível fachada de uma intervenção militar, como já foi ameaçado pelo presidente dos EUA e ointegrantes de postos chave na Casa Branca.

Segundo o informe divulgado pela Plataforma sobre a reunião com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, divulgado no dia 10, “ficou muito claro que a emergência em que vive a população venezuelana não pode ser objeto de manipulação política nem militar de uma potência e que só pode ser canalizada por organismos multilaterais conectados com os direitos humanos, a saúde e a alimentação de maneira acordada com as instituições nacionais, com a presença do Estado venezuelano e com a participação da sociedade civil, mas em nenhum caso como uma suposta ajuda forçada com violência ou com a intromissão de outra nação”.

Eles informaram também que “ficou claro que, para que isso seja possível, os governos devem reconhecer a emergência e abrir-se à recepção de tal ajuda, para evitar piores sofrimentos a seus cidadãos. Fazê-lo de outra forma pode levar a que as consequências possam ser mais graves, incluso do que a situação que se pretende aliviar, especialmente ao agregar novos detonadores ao perigo de que estalem ações de guerra”.

O chefe da Comitê Internacional da Cruz Vermelha na Colômbia, Christoph Harnisch, que participou do encontro, assegurou que a instituição não participará na distribuição da assistência que vem dos EUA, ao considerar que a “ajuda” é de um governo que tomou parte em um conflito interno de poder e não tem nada de humanitária. “Nós não participamos naquilo que é não é para nós uma ajuda humanitária”, pontuou Harnisch.

“Estamos falando de uma ajuda que um governo decidiu e não que foi solicitada ou acordada”, acrescentou para esclarecer que o “humanitário” deve ser protegido por princípios fundamentais que norteiam a CV, tais como “a independência, a imparcialidade e a neutralidade.

“Para nós é importante que realmente haja um respeito ao termo humanitário e um respeito aos princípios, isto é fundamental”, reiterou.

Os emissários da Plataforma foram postos a par de várias condições que devem existir e ser respeitadas para o manejo da ajuda internacional humanitária de organismos e países para outros:

- 1) Reconhecimento da situação por parte do Estado.
- 2) As partes devem se por de acordo para a abordagem da situação.
- 3) Não utilização do tema da ajuda com fins políticos.
- 4) Trabalho com as instituições que devem ser as

primeiras a canalizar os apoios e recursos humanos, e que devem avaliar a situação aos organismos internacionais para fazer possível a ajuda.

5) Supervisão da sociedade e de organismos autorizados para evitar o desvio dos recursos e assegurar que cheguem à população destinatária e necessitada.

Os integrantes da Plataforma também manifestaram aos representantes da CV seu ponto de vista sobre o caráter do governo Maduro, frente a qual sustentam fortes questionamentos “nos planos moral, democrático, social e, econômico”, mas que, de “maneira nenhuma reconhecem a legitimidade de seu contendor, que pretende se impor — segundo ele mesmo — por meio de manobras anticonstitucionais, antidemocráticas, violadoras da soberania e autodeterminação do país”. Frente a “um cenário pré-bélico”, que lutam por “evitar ou impedir”, os preocupa a situação muito crítica da população venezuelana. Afirmaram que “ainda que considerem necessária a cooperação internacional, frente à muito crítica situação de emergência social da população venezuelana”, rejeitam “taxativamente sua manipulação política como possibilidade de disfarce de uma intervenção militar”.

Também expuseram as “implicações do bloqueio econômico e financeiro, assim como do confisco de ativos e contas do país, para a população venezuelana, especialmente em matéria de saúde e alimentação”.

“NÃO À INTERVENÇÃO”

Parlamentares do Partido Democrata, se posicionaram de forma contrária às declarações do autoproclamado Guaidó, em entrevista concedida à agência France Press de que poderia chegar a “autorizar” uma intervenção militar por parte dos Estados Unidos.

Entre eles o mais sarcástico foi o recém-eleito Ro Khanna, pela Califórnia, que lhe disse: “Mr. Guaidó, o senhor pode se autoproclamar líder da Venezuela, mas não tem a condição de ‘autorizar’ uma intervenção militar dos EUA. Somente o Congresso pode dar luz verde para o envio de tropas para outros países. E nós não vamos fazer isso com relação à Venezuela”.

É claro que o senhor Ro Khanna sabe que os Estados Unidos interviram em muitos países sem pedir autorização ao Congresso norte-americano; mas neste caso não é o que mais importa, o que pegou mal para Guaidó foi ser reduzido a sua real insignificância enquanto capacho. Onde já se viu alguém, que atua como joguete da Casa Branca, “autorizar” a intervenção estrangeira? Ela é feita — em especial pelos EUA — de acordo com a determinação dos interesses de Washington e sem a autorização de ninguém do país invadido ou ocupado.

O deputado Khanna também se posicionou sobre as ameaças de Trump, Pompeo e Bolton de “opção militar” no caso da Venezuela estaria colocada: “Também não cabe aos neoconservadores que atuam no Departamento de Defesa ou aos lobistas dos fornecedores do Pentágono autorizar intervenções”.

O senador Bernie Sanders, que disputou com Hillary Clinton a indicação para a candidatura democrata nas últimas eleições presidenciais, declarou que “chega dos Estados Unidos permanecerem no negócio de mudanças de regime ou de apoiar golpes”.

A deputada Ilhan Omar afirmou que “golpe bancado pelos EUA não é solução para problemas da Venezuela” e “Washington não pode sair catando líderes para outros países”.

A deputada Tulsi Gabbard que já lançou sua candidatura a representar os democratas nas próximas eleições presidenciais, foi taxativa: “Deixem que o povo da Venezuela determine o seu futuro” e prosseguiu dizendo que “os EUA devem ficar fora da Venezuela. Nós não queremos que outros países escolham nossos líderes, portanto, devemos parar de tentar escolher os líderes dos outros”.

NATHANIEL BRAIA

Trump reitera muro e sanções no discurso do 'Estado da (des) União'



Francisco condenou o tráfico de pessoas

Papa conclama governos para combater "o flagelo da escravidão moderna"

O papa Francisco conclamou os governos a agirem com urgência, em todos os continentes, para combater o tráfico internacional de pessoas, negócio que movimentava 150 bilhões de dólares anuais e oprime a milhões de pessoas, reduzidas a escravos modernas. O tema foi coletivizado junto a milhares de pessoas na praça de São Pedro, no Vaticano, dois dias após a Igreja Católica ter marcado um dia de prece e consciência sobre o tráfico humano.

"Eu apelo, particularmente aos governos, para que as causas desse flagelo sejam enfrentadas com decisão e as vítimas sejam protegidas", defendeu o Papa, sublinhando que "todos nós podemos fazer mais e ajudar informando casos de exploração e escravidão".

De acordo com o Índice de Escravidão Global 2016, da Fundação Walk Free, a estimativa é de que, em pleno século 21, ainda existam 45,8 milhões de pessoas submetidas a alguma forma de escravidão no planeta.

Conforme as organizações de direitos humanos, a maior parte destes "escravos modernos" são imigrantes, gente que, desesperada, fugindo da violência, do desemprego e da fome em seus países, acaba sendo colocada em condições ainda mais terríveis e humilhantes.



Greve de professores da Virgínia Ocidental

EUA teve o maior número de trabalhadores em greve

A participação de trabalhadores em greves nos Estados Unidos em 2018 atingiu o ponto mais alto em 32 anos, revelou relatório do Escritório de Estatísticas do Trabalho (BLS, na sigla em inglês) divulgado sexta-feira (8) em Washington. A parte mais expressiva das paralisações, aponta reportagem de Patrick Martin, foi liderada por professores e funcionários de escolas públicas, particularmente nos estados do Arizona (86 mil), Oklahoma (45 mil) e Virgínia Ocidental (35 mil), somando um total de 485 mil trabalhadores que cruzaram os braços por aumento salarial real e direitos. Esse número de envolvidos foi o maior desde 1986, quando 533.000 participaram de grandes greves ou bloqueios.

O relatório do BLS revela que, além das greves, os trabalhadores realizaram bloqueios de rotas – com pelo menos mil manifestantes – para defender "melhores salários, condições de trabalho, saúde, aposentadoria e benefícios". Num total de 20 ações de peso, esclarece, oito feitas por professores e funcionários de escolas, maior número desde 2007, quando houve 21 greves ou bloqueios desse porte.

Das principais paralisações, cinco foram feitas por profissionais de saúde em Rhode Island, Vermont e Califórnia; duas por trabalhadores nas telecomunicações; duas por hotéis e duas por operários da constru-

ção civil.

Na avaliação de Patrik Martin, uma informação digna de nota trazida pelo relatório é a aberta contradição entre o ascenso da determinação da militância, cada vez mais unida e presente nas ruas, e o descenso das direções sindicais – via de regra anestesiada e burocratizada pelo conformismo do Partido Democrata.

Prova disso, ressaltou, é que dos seis conflitos no maior impacto em termos de dias de trabalho perdidos em 2018 – 2,8 milhões no total –, apenas um, contra a rede de hotéis Marriott, foi convocado pelos sindicatos. Quatro foram greves de professores "iniciadas apesar das direções": Virgínia Ocidental (525 mil dias de trabalho perdidos), Arizona (486 mil), Oklahoma (405 mil) e Kentucky (182 mil). O quinto foi o dos funcionários da concessionária na National Grid (156 mil).

Outro exemplo flagrante de "silêncio deliberado" das direções sindicais é a respeito da greve dos metalúrgicos de autopeças em Matamoros, México, no outro lado da fronteira de Brownsville, Texas. Apesar dos seus sindicatos – e da repressão policial dos governos local, estadual e nacional –, os metalúrgicos arranjaram substanciais aumentos salariais e bônus na maioria das fábricas de autopeças, servindo de inspiração para trabalhadores de outras categorias na região fronteiriça.



Trump, seu vice Pence e a opositorista Nancy Pelosi, presidente da Câmara

Aposentados japoneses furtam para ser presos e ter onde morar e comer

O desmonte do sistema público de Previdência Social, com o brutal arrocho das aposentadorias, está provocando uma onda de criminalidade jamais vista entre os idosos japoneses que, esfomeados, vêm sendo obrigados a furtar comida. Completamente endividados e sem receber a mínima assistência, senhores e senhoras com mais de 65 anos buscam ser presos para conseguir sobreviver atrás das grades.

Mais do que permanente, a "onda" de furtos praticados por idosos é crescente nestas duas décadas, casualmente o mesmo período de implantação do modelo neoliberal na Previdência japonesa. Em 1997, cerca de uma em cada vinte condenações era de idosos com mais de 65 anos. Duas décadas depois, essa fração subiu para mais de uma em cinco.

Com 69 anos, Toshio Takata, conta que infringiu a lei porque era pobre e precisava morar de graça, ainda que fosse numa cela. "Cheguei à idade de me aposentar e fiquei sem dinheiro. Me

ocorreu então que talvez eu pudesse morar de graça se vivesse na cadeia", desabafa o senhor, atualmente preso num centro de reabilitação em Hiroshima.

pós ter cometido uma primeira infração aos 62 anos, quando pegou uma bicicleta alheia e foi confessar o "crime" na delegacia mais próxima, Takata precisou voltar a furtar para não viver na rua. Então foi a um parque ameaçar umas senhoras: "Eu não pretendia fazer nenhum mal. Só mostrei a faca, esperando que uma delas chamasse a polícia. Uma delas fez isso". Desta forma, ele passou metade dos últimos oito anos numa cela. Questionado sobre a vida na prisão, Takata ressalta: "posso ficar lá de graça e quando saio, economizei algum dinheiro. Então, não é tão doloroso".

A BBC ouviu uma senhora de 70 anos, identificada apenas como Keiko que, após se separar do marido, como "não tinha onde morar, tampouco lugar para ficar", acabou tendo uma

"única opção". De acordo com ela, "mesmo mulheres na faixa dos 80 anos estão cometendo crimes. E porque não conseguem comida, dinheiro".

Diante da fome, o furto de alimentos é o principal delito cometido por idosos infratores, que costumam buscá-los em mercados próximos.

Das 2,5 mil pessoas com mais de 65 anos condenadas em 2016 – data do último levantamento disponível –, mais de um terço acumulava mais de cinco condenações anteriores.

O australiano Michael Newman, demógrafo do centro de pesquisa Custom Products, baseado em Tóquio, confirma: é muito difícil viver com a "ínfima" aposentadoria básica paga pelo governo.

Newman calcula que apenas os custos de aluguel, alimentação e assistência médica já são suficientes para deixar os beneficiários endividados – isso sem levar em conta outros gastos, como eletricidade ou roupas.

Leia mais em [horadopovo.org.br](#)

Haitianos mantêm rebelião contra corrupção e carestia e exigem saída do presidente Moise

Pelo quinto dia consecutivo, manifestantes na capital Porto Príncipe exigem a renúncia do presidente Jovenel Moise e repudiam a corrupção, a carestia e os apagões. "Nós não queremos mais esse presidente!", é o grito que toma conta das ruas no Haiti.

As manifestações tiveram início no dia 7, data da queda da ditadura de Baby Doc há 33 anos e da posse de Moise em 2017. Nos confrontos, duas pessoas morreram na quinta-feira e mais uma no sábado. Barricadas foram erguidas em algumas áreas e carros foram queimados, inclusive viaturas policiais. Tropas de choque foram apedrejadas.

Dois dias antes do início dos protestos, o governo Moise havia decretado "emergência econômica nacional", em decorrência do colapso da moeda haitiana frente ao dólar, da carestia e dos apagões, e se preparando para "apertar os cintos" de quem já não tem quase nada, sob o pretexto do "déficit orçamentário" descontrolado. No ano passado, o crescimento do PIB foi de apenas 1,5%.

O envolvimento do presidente Moise no escândalo da malversação dos empréstimos da PetroCaribe jogou mais lenha na fogueira da indignação do povo haitiano. Conhecido como o Homem Banana, sua empresa, a da Agritans, que produz bananas, recebeu mais de 32 milhões para construir uma estrada que não ficou pronta. Locupletaram-se também na corrupção todos

os seis ex-primeiros-ministros desde a derrubada do presidente Jean-Bertrand Aristide, conforme o Tribunal de Contas haitiano.

O colapso do gourde frente ao dólar é consequência da política do Federal Reserve de deixar as taxas reais negativas e voltar a taxas mais normais, o que conduziu à valorização do dólar, que também já afetou outros países, como a Turquia e a Argentina.

Mas como o país devastado pela ditadura de décadas, pelas intervenções norte-americanas e por um terrível terremoto importa quase tudo, o resultado é a carestia, a que se juntam os apagões, decorrentes das dificuldades vividas pela Venezuela, que fornecia petróleo a preços mais baratos para os países irmãos, usado nas termelétricas.

Um dono de padaria na cidade de Jacmel, no sudeste, disse ao Haiti Progress que o saco de farinha, que era comprado "há não muito tempo atrás a 1750 gourdes", em pouco tempo chegou a 2000, e "esta semana já subiu para 2.000 gourdes". Segundo a Coordenação Nacional de Segurança Alimentar, 4,5 milhões de pessoas têm insegurança alimentar no país. O país conta com tão somente US\$ 800 milhões como reservas.

Em declarações ao jornal Le Nouvelliste, o assessor especial de Moise, Guichard Doré, afirmou que o déficit orçamentário "será drasticamente reduzido a um bilhão de gourdes por

mês" – o que significaria um corte da ordem de dois terços – e todos os gastos "não essenciais" serão podados, para aliviar a pressão sobre a cotação do dólar.

O país está há mais de uma década sob "estabilização" de força da ONU e foi alvo do conhecido espírito beneficente da Fundação Clinton. Com o agravamento da crise, estão de volta as mortes por afogamento, no Caribe, de refugiados que fugiam da fome no Haiti, 28 só na semana passada, em busca da sorte nos EUA.

Até agora, o parlamento sequer votou o orçamento de 2019. Com os empréstimos para "desenvolvimento econômico e social" sendo de US\$ 2 bilhões em dez anos, explica-se a cólera diante da corrupção e da impunidade. Conforme a denúncia do TCU haitiano, na malversação há "contratos sem detalhes sobre as obras e até sem prazo, orçamentos que duplicam ou triplicam sem justificativa" e "invocações abusivas" da lei de emergência aprovada após o terremoto de 2010.

O jornal Haiti Liberté ironizou o anúncio do primeiro-ministro do governo Moise, Jean-Henry Céant, de que o Estado haitiano acaba de registrar queixa contra os malversadores dos fundos do PetroCaribe, como a "primeira vítima" da fraude. "Nesse sentido, podemos concluir que o Estado haitiano apresentou queixa contra o atual presidente, Jovenel Moise?", indaga o jornal.

No discurso ao Congresso, Trump mostrou-se otimista sobre um acordo com a China, disse que sua relação com Jinping é muito boa, mas voltou a repetir os surrados insultos ao país asiático

Com loas à "união bipartidária" – mas com o muro –, autoelogios ao "milagre econômico" norte-americano, apologia da guerra comercial e da saída do Tratado INF e até afagos às deputadas democratas, o segundo discurso do Estado da União de Trump, na madrugada de terça-feira para quarta-feira (6) foi mais para o telepromter do que para o Twitter, como uma comentarista política antecipara.

Mas, registrou o New York Times, "isso dura até quando?" Provavelmente até o próximo tweet, se valer a avaliação de que a "mensagem reconfortante" de Trump "estava totalmente em desacordo com a realidade acre de como ele governa".

O jornal também registrou a "hostilidade vibrante" entre os dois lados, que evidenciava o verdadeiro estado da união: "fraturado, rachado, dolorosamente disfuncional".

CÚPULA

Trump também anunciou que sua cúpula com o líder norte-coreano Kim Jong Un será no Vietnã, nos dias 27 e 28, após capitalizar os 15 meses "sem testes nucleares ou de mísseis". Se não estivesse na presidência, afirmaram, os EUA estariam "em uma grande guerra na Coreia".

O "milagre econômico" é aquele que fez Wall Street bater recorde de estufamento de bolha e exacerbou a desigualdade, com dez anos de congelamento do salário mínimo e trabalhadores tão desesperados que até votaram em Trump, depois do estelionato eleitoral de Obama. "A inveja do mundo", afirmou Trump.

Uma tradição criada por George Washington em 1790, o Discurso do Estado da União é repetida por todos os presidentes, uma vez por ano, perante o Congresso, os militares e a Suprema Corte.

Virou um circo, com Trump levando como convidados duas mulheres cujos familiares foram vítimas de um "imigrante assassino", um idoso salvo do campo de concentração de Dachau e um veterano da II Guerra Mundial, uma negra que fora condenada a prisão perpétua por crimes menores, um policial que atuou no tiroteio na sinagoga no ano passado e até uma garotinha que teve câncer.

Da parte dos democratas, vieram sobreviventes dos tiroteios nas escolas, imigrantes que chegaram ainda criança aos EUA ("dreamers"), ilegais que trabalharam no resort de Trump, ativistas transgênero, líderes do movimento Me Too e servidores federais que ficaram um mês sem salário no "shutdown".

Foi o primeiro discurso de Trump no Congresso sob a nova situação em que os democratas controlam a Câmara. Algumas das suas exaltações ao bipartidarismo pareciam xerocadas daquelas embromações típicas de Obama, e tão cínicas quanto.

De qualquer forma, até debaixo da farsa do Russiagate é sempre possível aprovar alguma coisa juntos, com Trump conclamando a erradicar o HIV em dez anos (quem seria contra?) e a investir US\$ 50 milhões (só?) por ano para prevenir o câncer infantil.

Voltou a apoiar a licença paternidade. Pedeu medidas para fazer baixar os preços dos remédios e da saúde nos EUA, mais caros do que na maior parte do mundo, e para deter a epidemia dos opiáceos.

Saudou a participação feminina – o atual congresso é o que mais deputadas tem na história –, com a bancada feminina democrata trajada de branco, em homenagem às sufragistas e aos 100 anos da conquista do direito de voto às mulheres nos EUA.

Ele também comemorou a aprovação de lei "Primeiro Passo" – para amenizar as injustiças cometidas sob as penas excessivas para negros (aprovadas por Bill

Clinton), e acelerando revisões judiciais. A questão da infraestrutura decadente dos EUA foi requeitada, direito do discurso do ano passado, e sem ter avançado um milímetro.

Mas todas essas exaltações à "cooperação bipartidária" tinham como alvo as investigações do promotor especial Robert Mueller, que não cessa de armar o laço no pescoço de Trump e as ameaças provenientes da Câmara democrata.

Ele cutucou Mueller implicitamente, ao dizer que "a única coisa que pode parar nossa economia são guerras tolas e investigações partidárias ridículas". "Se vai haver paz e legislação, não pode haver guerra e investigação. Simplesmente não funciona assim!", acrescentou.

O ex-animador de reality show mostrou-se otimista de um acordo com a China, voltando a dizer que sua relação com o presidente Xi Jinping é excelente, mas voltou a repetir as cínicas histórias de "roubo da propriedade intelectual" e de "países que abusaram" dos EUA nas relações comerciais.

Trump capitalizou, ainda, sua maquiagem do Nafta e que os países da Otan hajam atendido sua exigência de aumentar o pagamento pela "segurança", isto é, pela ocupação. Jurou ter recuperado o exército norte-americano, com orçamento recorde, e prometeu mais.

Defendeu a retirada da Síria – que ainda não houve – e as negociações com o Talibã no Afeganistão: "grandes nações não ficam em guerras sem fim". Após voltar a acusar o Irã, se gabou de ter rompido o acordo assinado por Obama e outros seis países e das novas sanções.

O presidente bilionário fez, ainda, questão de lembrar seu garoto Juan Guaidó, que, depois de um inspiador telefonema de encorajamento dele, Trump, se autoproclamou presidente da Venezuela. Aplausos das duas bancadas. Além do petróleo, os presidentes norte-americanos amam muito a democracia e até promovem golpes só para defendê-la.

XENOFOBIA

Sem ameaças explícitas, o tuitador-em-chefe dos EUA insistiu no seu muro da xenofobia e tentou apavorar o público com contos de "hordas de assassinos das maras salvadoreñas" (nascidas nos guetos de Los Angeles) entrando pelas brechas na fronteira. E da avalanche de imigrantes, levados até à fronteira "de ônibus e caminhão".

"No passado, a maioria das pessoas nesta sala votou por um muro, mas o muro apropriado nunca foi construído. Eu o construirei", asseverou. Segundo Trump, a construção de um muro em El Paso – cidade do Texas na fronteira com o México – levou a uma redução drástica da criminalidade. "Simples assim, muros funcionam e muros salvam vidas".

Uma questão em que Trump inovou foi em ser o primeiro presidente a dizer que os EUA "jamais serão socialistas", coisa que, até aqui, ninguém achava que era preciso. Só porque Bernie Sanders sugere coisas tão básicas quanto universidade gratuita e Medicare para todos, que já existem na maioria das nações civilizadas. Vai ver, não deu para dizer que os EUA "jamais serão vermelhos", porque o vermelho é a cor dos republicanos (e azul, a dos democratas).

Até o dia 15 republicanos e democratas têm que achar uma saída para o impasse no orçamento, ou Trump poderá decretar o fechamento do governo federal de novo. Ou decretar "emergência nacional" para construir seu muro, como tem ameaçado. A campanha eleitoral do próximo ano já está pegando fogo.

ANTONIO PIMENTA

Adesão petista ao ataque à Previdência

No dia 18 de janeiro, Dilma publicou, em seu site, um texto de seu ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, curiosamente intitulado “Carta ao Povo Petista”, com uma defesa da “reforma da Previdência”. É verdade que, segundo ele, uma reforma da Previdência petista se distingue daquela de Guedes e Bolsonaro – ou daquela de Meirelles/Temer. No texto publicado por Dilma, o que Barbosa propõe é que o PT apoie a reforma da Previdência, apresentando um substitutivo, ao invés de lutar contra a reforma da Previdência de Guedes e Bolsonaro

CARLOS LOPES

Aluta do povo brasileiro, no que se refere à Previdência Social, à previdência pública, é para impedir que Guedes e Bolsonaro estrangulem as aposentadorias e privatizem o setor – ao modo do Chile, modelo declarado de Guedes, onde 91% das aposentadorias vão até meio salário mínimo do país (v. **Previdência que Bolsonaro quer adotar deixou 91% com meio salário mínimo no Chile**, e, também, **Sem previdência pública, Chile tem suicídio recorde entre idosos com mais de 80 anos**).

Certamente, teremos, depois, quando houver um governo decente no Brasil – um governo nacional – de aumentar os direitos previdenciários dos trabalhadores e aumentar os proventos das aposentadorias, inclusive eliminando as restrições de direitos impostas sobretudo **desde** o governo Fernando Henrique e sua “reforma da Previdência”.

O que é essencial, inclusive, para expandir nosso mercado interno e tornar possível, em escala correspondente às nossas necessidades, a reindustrialização do país.

Mas, no momento, a luta é para impedir os intentos de Guedes e Bolsonaro – até porque, a rigor, não precisamos de nenhuma “reforma da Previdência”, pois não existe nenhum problema **estrutural** no Regime Geral da Previdência Social.

O que existem são problemas provocados pelos desvios de seus recursos por governos fixados em transferi-los para o setor financeiro; e problemas advindos da recessão – da ausência e retrocesso no crescimento.

Com certeza, a Previdência Social não foi concebida e construída para um país onde não há crescimento. Mas, nisso, ela é igual ao Brasil, que também não foi construído para não crescer.

No entanto, a ex-presidenta Dilma Rousseff não concorda com isso – e já não concordava quando estava no Planalto e executou uma “reforma da Previdência” especialmente injusta (além de projetar outra que, do ponto de vista da essência, em nada se distingue daquela tentada por Meirelles e Temer).

No último dia 18, ela publicou, em seu site, um texto de seu ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, curiosamente intitulado “**Carta ao Povo Petista**”, com uma defesa da “reforma da Previdência”. É verdade que, segundo ele, uma reforma da Previdência petista.

Já veremos em que a reforma da Previdência petista se distingue daquela de Guedes e Bolsonaro – ou daquela de Meirelles/Temer.

No texto publicado por Dilma, o que Barbosa propõe é que o PT apoie a reforma da Previdência, apresentando um substitutivo, ao invés de lutar contra a reforma da Previdência de Guedes e Bolsonaro. Por mais que ele chame esta última de “Frankenstein”, o que ele diz é o seguinte:

“*Pode haver greve geral, passeata, abaixo-assinado de intelectuais e artistas, show na Cinelândia e manifestação no Tuca. Ainda assim a reforma do nosso sistema de aposentadorias é necessária por questões de justiça social e equilíbrio orçamentário.*”

Justiça social? Será aquele senso de “justiça social” que fez Dilma cortar os recursos do seguro-desemprego, ao mesmo tempo em que promovia uma catastrófica recessão,

deixando milhões de trabalhadores sem emprego?

Quanto ao “reequilíbrio orçamentário”, Barbosa nem se preocupa em saber qual é a situação atual da Previdência.

Muito menos em saber qual é a causa de alguns eventuais problemas: o desvio de recursos da Previdência através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), mantida em 20% **pelo governo Dilma**; a diminuição da arrecadação pelas desonerações estabelecidas **principalmente pelo governo Dilma**; e a redução do número de trabalhadores com carteira-assinada, devido à recessão **provocada pelo governo Dilma** – do qual, repetimos, Barbosa foi ministro da Fazenda.

Nem se preocupa ele, também, em saber se as contas do governo – que, além de reduzir receitas, aumentam artificialmente gastos pela colocação de despesas estranhas à Previdência na conta desta – estão certas ou erradas (para essas questões, v. **A fabricação do “déficit da Previdência**”).

Pelo contrário, Nelson Barbosa e Dilma estão inteiramente de acordo com Guedes, Meirelles, Temer e Bolsonaro: o déficit da Previdência é um dogma e não pode nem ao menos ser conferido, pois isso causaria, na opinião dessa turma, uma diarreia nos aposentados do mercado financeiro – e isso não pode; causar diarreia somente é permitido nas crianças pobres e nos pobres idosos.

Vejam, então, a primeira parte do que disse Barbosa, no trecho que citamos: “*Pode haver greve geral, passeata, abaixo-assinado de intelectuais e artistas, show na Cinelândia e manifestação no Tuca.*”

Esse desprezo pelas manifestações populares é bem característico de certa mentalidade que tomou o PT. Não é por acaso, também sob esse aspecto, que esse texto foi publicado **por Dilma** (basta lembrar a convocação que esta fez, em outubro de 2013, de um aparato policial, e, inclusive, militar, para reprimir as manifestações contra o leilão do campo de Libra, o maior campo petrolífero do mundo, descoberto pela Petrobrás).

Quando não se concebe, como política, mais do que uma encenação demagógica, a tendência dos farsantes é achar que tudo é farsa – inclusive as greves gerais, as passeatas, os abaixo-assinados e outras manifestações, inclusive, supomos, o show na Cinelândia contra o impeachment de Dilma...

Mas, diz Barbosa, não adianta resistir – um lema muito popular entre os *borgs*, aquela multi-raça de alienígenas, cujo ideal é ser máquina, que quase destrói a Terra em “**Jornada nas Estrelas: a nova geração**”.

Então, que “reforma da Previdência” estão propondo Barbosa e Dilma?

Antes, porém, é preciso uma observação sobre essa última.

COONESTAÇÃO

O texto de Barbosa, com seu insofrito molho de mediocridade, não teria importância alguma – seria apenas mais uma genuflexão petista diante do *status quo* neoliberal (ou seja, financeiro) – se não fosse publicado por Dilma, e com destaque, inclusive com uma avantajada chamada na *home* do seu site, retrato do autor; etc.

A importância do texto está, exatamente, em que reflete a posição de Dilma – e, portanto, do PT ou de parte do PT. O fato



Dilma e seu ministro da Fazenda, Nelson Barbosa

tinacionais e do setor financeiro.

E, no caso dos trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), ele quer compensar o aumento da alíquota da Previdência **com a redução de um fundo que pertence ao próprio trabalhador**.

Como isso é um absurdo – pois saqueia o trabalhador no salário e no FGTS –, Barbosa propõe um remendo: “*Em compensação, a remuneração dos novos depósitos [no FGTS] deve subir da TR + 3% ao ano para o rendimento da poupança ou a taxa média paga pelo Tesouro (nisso, sou quase neoliberal)*”.

Note o leitor que ele não está propondo um aumento na remuneração do FGTS, mas apenas dos “**novos depósitos**”. O que já foi depositado continuaria como está, embora todos os trabalhadores, pela proposta de Barbosa, teriam a alíquota da Previdência aumentada e a do FGTS diminuída.

Por que será que Barbosa acha que é “**quase neoliberal**”?

IDADE MÍNIMA

Mas não é tudo. Chegamos, agora, na questão da idade:

“*Também é preciso adotar a idade mínima para novas gerações (por exemplo: quem nasceu a partir de 2003) e criar um regime de transição baseado no fator 85-95 móvel que já existe hoje (...)*”

Ou seja, Barbosa está propondo um aumento progressivo da idade mínima para se aposentar, como se o aumento da expectativa de vida dos trabalhadores fosse uma maldição. Exatamente como Guedes e Bolsonaro.

Do ponto de vista ideológico, aliás, que diferença existe entre isso e Bolsonaro? Talvez alguma diferença de forma – ou, talvez, uma quantidade maior de lubrificante para introduzir essa “reforma”.

No entanto, nem disso estamos seguros.

Diz Barbosa, terminando seu artigo: “*O fato é que há mais de uma reforma da Previdência possível e, portanto, o PT deve preparar suas alternativas*”.

Não é verdade. No momento existe a reforma da Previdência que está sendo montada por Guedes.

E contra essa que teremos de lutar – e já estamos lutando.

Para que o PT, ao invés de lutar contra o ataque à Previdência de Guedes/Bolsonaro, deve preparar uma outra “reforma da Previdência”?

Primeiro, para fazer mais uma encenação.

Segundo, para legitimar a “reforma” de Bolsonaro, embora chamando-a de “Frankenstein”.

Pois, evidente, a consequência da reforma que Barbosa está propondo seria:

1) dar o aval do PT a Bolsonaro, Guedes e seu pseudo-diagnóstico de que a Previdência

tem um problema estrutural – e não problemas causados pela própria política do governo;

2) dar aval ao próprio conteúdo da reforma de Guedes (aumento da idade mínima, aumento das alíquotas, etc.).

É verdade, Barbosa não falou na famigerada “capitalização”, a proposta do Banco Mundial que causou a tragédia no Chile (v. **Como esfolar o povo: o engodo da “capitalização” da Previdência**, e, também, **O Banco Mundial e a farsa da capitalização da Previdência**).

Mas, depois do que disse, falta muito pouco para chegar lá – se é que não chegou, mas não achou propício falar nisso agora.

Porque, tudo o que disse vai nesse sentido.

VIDRAÇAS

Qual é o fundo político, mais geral, da posição de Dilma e Barbosa?

Na primeira parte do texto, ele apresenta a tese de que o PT, como “líder da oposição democrática”, não deve atirar pedras em Bolsonaro, pois isso não é racional ou civilizado.

Vamos, outra vez, citar literalmente o que escreveu o ex-ministro de Dilma – e esta publicou em seu site:

“*Sei que alguns preferem deixar Bolsonaro ser vidraça, mas, quando o vidro quebrar, isso prejudicará a todos.*”

Ou seja, é melhor não atirar pedras nessa vidraça.

Pelo contrário, diz ele, “*como principal partido de oposição e defensor da democracia, o PT deve manter a racionalidade, a civilidade e a esperança no debate público. Apostar no ‘quanto pior, melhor’ é irresponsável e suicida, vide a situação melancólica do PSDB, do DEM e do MDB*”.

Portanto, somos informados que o declínio do PSDB, do DEM e do MDB é porque eles “apostaram no quanto pior, melhor”.

E o declínio do PT, por que terá sido?

Por que apostou no “quanto melhor, pior”?

O melhor, evidentemente, para Barbosa, era que o PSDB, o DEM, o MDB, e até as legiões celestes, sustentassem Dilma no governo, com sua política de devastação do país (seja a de Joaquim Levy, seja a do próprio Nelson Barbosa), que em nada se distinguiu daquela, depois, de Meirelles/Temer, ou do que Guedes e Bolsonaro pretendem perpetrar.

É verdade que, quanto ao “ajuste”, PT, PSDB, DEM e PMDB eram iguais: todos a favor da devastação do país para aumentar a parcela do produto social – renda e patrimônio – apropriada pelo setor financeiro.

Esse é, aliás, o argumento implícito – mas não dito – de Barbosa: se todos concordavam com a devastação, por que não apoiariam a devastação do PT?

O problema – que ele não menciona, obviamente – é o estelionato eleitoral de Dilma e do PT: depois da campanha mais suja que já houve no país, bancada com dinheiro roubado da Petrobrás e dos fundos de pensão, Dilma, em apenas alguns dias após a reeleição, fez exatamente o contrário do que dissera na campanha – desde os juros ao “ajuste”, até o corte de direitos previdenciários dos trabalhadores e o desemprego em massa.

Houve, então, **3 milhões e 200 mil desempregados em 16 meses**, com a adesão mais submissa do PT e do governo Dilma ao neoliberalismo mais estúpido.

A crença de que o povo é com-



posto de imbecis é uma crença somente possível a imbecis.

Por isso, o estelionato eleitoral tornou insustentável, como já acontecera com Collor, o governo Dilma.

Porém, esse estelionato eleitoral não se constituiu apenas em fazer, depois da eleição, tudo o que Dilma & cia. disseram, durante a campanha eleitoral, que não fariam – inclusive em fazer aquilo de que Dilma acusara os adversários eleitorais.

No meio desse tsunami de indignidades, a Operação Lava Jato revelou qual era a base desse estelionato, ou seja, qual a real opção de Lula e do PT: o roubo, a propina, o acobertamento aos assaltantes do dinheiro e do patrimônio públicos para ficar com uma parte do butim.

Já nessa época, tanto Lula quanto Dilma quanto Barbosa se declararam a favor de uma “reforma da Previdência”. Enquanto roubavam a Petrobrás – está aí o Palocci que não nos deixa mentir – defendiam a ampliação do tempo de escravidão no trabalho e o corte de direitos.

Sobre esse assunto, para economizar o nosso latim, o leitor poderá consultar o resumo que a Agência Brasil fez do discurso de posse de Barbosa no Ministério da Fazenda, em dezembro de 2015, prometendo, com as palmas de Dilma, a “reforma” (cf. **Barbosa: proposta de reforma da Previdência será enviada no primeiro semestre**).

Repare o leitor que, nesse discurso, também está a promessa de impor um limite de gastos à União – exatamente o que Meirelles fez em seguida, aproveitando o projeto de Barbosa/Dilma.

TRAJETÓRIA

Esse tipo de adesão de Lula e seus consorciados às teses da reação, sobretudo na questão da Previdência, não é recente.

Aqui, remeteremos o leitor a um excelente estudo sobre a adesão de Lula ao que, na campanha eleitoral de 2002, havia jurado combater – a reforma da previdência dos servidores – e, logo em seguida, em 2003, executou: “**O governo Lula e a contra-reforma previdenciária**”.

Sobre o governo Dilma, além do que já foi dito, resta acrescentar que Dilma e Barbosa não tiveram tempo, mas o seu projeto de “reforma da Previdência” em nada ficava a dever, em selvageria neoliberal, ao de Meirelles/Temer – e, provavelmente, nem ao “Frankenstein” de Guedes.

Os fundamentos desse projeto foram apresentados pelo então secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Manoel Pires, no seminário “*Reforma da Previdência: uma oportunidade para o Brasil*”, promovido pela Fundação Getúlio Vargas (cf. **Manoel Pires, Uma visão geral do processo de reforma da previdência**).

Agora, leitores, só para terminar. Esses problemas, realmente, não são de hoje.

Vejam, por exemplo, o jornal “O Estado de S. Paulo”, do dia 22 de janeiro de 1996, quando o governo Fernando Henrique, em seu segundo ano, fazia a sua “reforma da Previdência”:

